



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - RELATÓRIO

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 8 - ERRATAS



## ATAS

### ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/9/2011

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Luiz Henrique. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Tereza Guimarães Paes, Diretora-Presidente do Hospital da Baleia, e do Sr. Ordéli Teixeira, Presidente da Comunidade Terapêutica Projeto Vida Nova - Provin -, este encaminhado à Consultoria para análise, e ambos publicados no Diário do Legislativo de 17/9/2011. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 850/2011, no 1º turno, para o qual foi designado relator o Deputado Neider Moreira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.726/2011 e, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.319/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; e pela aprovação, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 392/2011, na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 843/2011, com a Emenda nº 1, que apresenta; 1.171/2011, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça e com a Emenda nº 1, que apresenta; 1.433/2011, em sua forma original (relator: Deputado Doutor Wilson Batista); e 1.178/2011, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Neider Moreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.959/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.428, 1.439, 1.472, 1.475 e 1.544/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência, para serem votados em reunião posterior, requerimentos da Deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada reunião conjunta de audiência pública com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para acompanhar e monitorar a política de segurança alimentar e nutricional no Estado; e dos Deputados Luiz Henrique, em que solicita seja realizada reunião no Município de Diamantina para debater, em audiência pública, a implantação do curso de Medicina na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Carlos Mosconi (2), em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, conhecer os trabalhos e propostas da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemæ -, no que diz respeito ao saneamento e seus impactos para a saúde; e seja realizada visita desta Comissão ao Ministério da Saúde, com o objetivo de discutir



com o Ministro os repasses de recursos federais para o Estado de Minas Gerais; Neider Moreira, em que solicita seja realizada reunião para discutir com o BDMG, em audiência pública, a abertura de uma linha de financiamento subsidiado para as Instituições de Saúde do Estado de Minas Gerais; e Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, aspectos relativos ao uso de agrotóxicos e seus efeitos sobre a saúde. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Direitos Humanos para debater, em audiência pública, diversos aspectos da fabricação de cimento no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2011.

Hely Tarquínio, Presidente – Adelmo Carneiro Leão – Neider Moreira – Doutor Wilson Batista.

## **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/9/2011**

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Tadeu Martins Leite e Adelmo Carneiro Leão (substituindo o Deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tadeu Martins Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a capacitação profissional dos trabalhadores durante o período em que recebem seguro-desemprego e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Carlos Pimenta, Secretário de Estado de Trabalho (17/9/2011); Antônio Marcos André, Presidente da Associação Comunitária, Filantrópica, Educativa, Beneficente e Evangélica do Bairro Jardim Teresópolis (17/9/2011) e da Sra. Simone Henriqueta Cossetin Scholze, Superintendente Executiva da Anatel (16/9/2011). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.170/2011, em turno único, para o qual designou o Deputado Luiz Carlos Miranda como relator. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Alysson Paixão de Oliveira Alves, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, representando Carlos Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; Orlando Tadeu de Alcântara, Juiz representante do Tribunal Regional do Trabalho; Wenderson Harlley Assis Curvello, da Superintendência de Formação e Qualificação para o Trabalho da Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego, representando o Secretário, Deputado Carlos Pimenta; Edmar Fernando de Alcântara, Gerente de Educação Profissional do Senai, e Lúcia Josina Soares Neves, Advogada da Gerência de Relações Trabalhistas da Fiemg, representando o Presidente da instituição, Olavo Machado Júnior; Carlos Magno de Freitas, Secretário-Geral da CUT-MG, representando o Presidente, Marco Antônio de Jesus; Rui Moreira, Secretário de Saúde da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representando o Presidente, Antônio da Costa Miranda; José Carlos Cirilo da Silva, Diretor Regional do Senac, e Ciane Aparecida Pereira, Analista Supervisora da Coordenação da Formação Profissional Rural do Fenar-MG, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.460, 1.981 com a Emenda nº1, 2.019, 2.021, 2.055/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.474/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizado debate público para discutir o Projeto de Lei nº 7.495/2006, e do Deputado Celinho do Sinttrocel (2) em que solicita sejam realizadas audiências públicas para discutir os efeitos, os benefícios, as influências e a atualidade da CLT e para debater a criação do Piso Salarial Nacional e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos do Projeto de Lei nº 7.495/2006, em tramitação no Congresso Nacional. São recebidos pela Presidência, para posterior apreciação, requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja enviado ofício ao Presidente da Câmara dos Deputados solicitando providências para a inclusão e priorização na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 2.298/2000; Rosângela Reis, Adelmo Carneiro Leão e Tadeu Martins Leite em que solicitam sejam encaminhadas ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Ministério da Educação e Cultura e à Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego cópia das notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária desta Comissão, e seja encaminhado ofício ao Ministério do Trabalho e Emprego solicitando ampliação das vagas destinadas à qualificação profissional para os segurados do Seguro-Desemprego; dos membros desta Comissão solicitando a realização de debate público tendo como objetivo a realização, em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego de Minas Gerais, do evento de encerramento da 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2011.

Rosângela Reis, Presidente – Celinho do Sinttrocel – Tadeu Martins Leite.



## **ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/9/2011**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Doutor Viana e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar pareceres de redação final e proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Governador do Estado, do Presidente da Ruralminas e da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (16/9/2011); da Associação dos Fiscais Agropecuários de Minas Gerais e da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (17/9/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 1.336 e 1.702/2011 (Deputado Rômulo Viegas); em turno único, Projetos de Lei nºs 2.102, 2.168 e 2.241/2011 (Deputado Romel Anízio); 2.093, 2.175 e 2.280/2011 (Deputado Fabiano Tolentino); 1.896, 2.101 e 2.114/2011 (Deputado Doutor Viana). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.150 e 2.023/2011 e 2.106/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Rômulo Viegas); 1.931/2011, 1.979/2011 com a Emenda nº 1 e 2.102/2011 (relator: Deputado Romel Anízio); 1.932/2011, 1.934/2011 com a Emenda nº 1, 2.013, 2.101 e 2.114/2011 (relator: Deputado Doutor Viana); 1.984, 2.022 e 2.040/2011 (relator: Deputado Fabiano Tolentino), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.324, 1.466 a 1.468, 1.470 e 1.536/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.512, 1.571, 1.581, 1.682, 1.708 e 1.936/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Doutor Viana em que solicita seja realizada audiência pública para debater o tema "Política pública de assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar no Estado"; Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 177/2001, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento do Brasil Rural - PEDBR - e dá outras providências; Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes em que solicitam seja encaminhado ofício aos Secretários de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento comunicando que, na audiência pública de 31/8/2011, destinada a debater o licenciamento ambiental para a instalação de tanques-rede no Lago de Furnas, foi formado um grupo de trabalho com a participação de integrantes dessas Secretarias com o objetivo de estudar a reformulação das normas de regularização das atividades de aquicultura; Antônio Carlos Arantes e Rômulo Viegas (3) em que solicitam seja enviado ao Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Diretor-Geral do IMA pedido de informações sobre eventuais empecilhos à imediata aplicação da Lei nº 19.583, de 2011, que dispõe sobre as condições para manipulação e beneficiamento artesanal de leite de cabra ou ovelha e seus derivados; seja realizada audiência pública para debater os programas do governo federal financiados no âmbito do Plano Safra 2011-2012, entre eles o Programa ABC - Agricultura de Baixo Carbono, que dá incentivos e recursos para os produtores rurais adotarem técnicas agrícolas sustentáveis; e seja realizada visita ao Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir aspectos da política estadual de meio ambiente; Antônio Carlos Arantes e Doutor Viana (3) em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a revisão das multas e suspensão imediata dos embargos aplicados aos aquicultores do Estado; seja encaminhado ao Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para a reativação imediata da Câmara Técnica da Aquicultura no Conselho Estadual de Política Agrícola; e seja realizada audiência pública para debater os problemas enfrentados por irrigantes da Bacia do Rio São Marcos, no Noroeste de Minas, em função da indisponibilidade de recursos hídricos outorgáveis; Antônio Carlos Arantes, Doutor Viana e Rômulo Viegas (2) em que solicitam seja agendada visita técnica, com a presença de representantes de entidades ligadas à agropecuária, à Fazenda Boa Vista, em Baldim, com a finalidade de conhecer a aplicação do Programa ABC - Agricultura de Baixo Carbono pelo proprietário Alysson Paulinelli; e seja enviado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para a formalização de acordo de regulação das importações de leite em pó e demais produtos lácteos da Argentina e do Uruguai. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2011.

Doutor Viana, Presidente - Romel Anízio - Rômulo Viegas.

## **ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/9/2011**

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos demais membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre suposta violação do devido processo legal na transferência de policiais do Grupamento de Ações Táticas Especiais - Gate - sem a observância do ato administrativo, bem como sobre denúncias de improbidade administrativa cometida pelo Ten.-Cel. PM Marcelo Vladmir Correa e pelo Maj. PM Ledvan Salgado Cotta. A

Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; os Srs. Israel Antônio Sanches Ventura, Diretor de Planejamento, representando o Subten. PM Raimundo Nonato Menezes Araújo, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra -; Lucas Zandona Guimarães, Advogado-Geral da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais; Márcio Ronaldo de Assis, Presidente da referida Associação; e Zoé Ferreira Santos, advogado da Ordem dos Advogados do Brasil, e o Cb. Álvaro Rodrigues Coelho, Presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (2), em que solicita seja encaminhado ao Comandante Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas a anular as transferências dos policiais militares, conforme denunciado nessa audiência pública; sejam encaminhados ao Promotor João Medeiros, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, e ao Corregedor da Polícia Militar as notas taquigráficas e os documentos apresentados nesta reunião para que sejam tomadas as devidas providências na apuração de todas as denúncias apresentadas; e Durval Ângelo (3), em que solicita seja encaminhada à Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais a parte das notas taquigráficas da 21ª Reunião Ordinária desta Comissão que se refere à denúncia de que um determinado Sargento Vinícius, aposentado na PMMG, estaria chefiando uma milícia armada na região da Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos, localizada em São João da Ponte e Municípios vizinhos, a qual seria responsável por violações de direitos humanos dos moradores locais, inclusive com ameaças de morte; sejam encaminhados ao Comando Geral da PMMG, ao Comando-Regional da PMMG em Montes Claros e à Polícia Federal de Montes Claros parte das notas taquigráficas da 21ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 21/9/2011, que se refere à situação da Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos, localizada em região pertencente aos Municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelandia, e pedido de providências para que averiguem a situação da Comunidade, tendo em vista as denúncias de existência de milícias armadas na localidade, homicídios e ameaças de morte, além de outras violações de direitos humanos; sejam encaminhadas à Presidência da República, à Casa Civil da Presidência da República, à Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, à Superintendência Regional do Incra em Minas Gerais e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário a parte das notas taquigráficas da 21ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 21/9/2011, que se refere às denúncias realizadas pelos representantes da Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos, localizada em região pertencente a São João da Ponte e Municípios vizinhos, segundo as quais estariam sendo violados os direitos humanos de seus membros, inclusive com ameaças de morte e homicídios e solicita, também, a agilização do reconhecimento e titulação das terras dessa Comunidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

### **ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/9/2011**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa e Tadeu Martins Leite (substituindo o Deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a Operação Corcel Negro II, realizada pelo Ibama e pelos Ministérios Públicos dos Estados de Minas Gerais e da Bahia, e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Registra-se a presença da Deputada Liza Prado. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Ivair Nogueira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Saúde e de Direitos Humanos para fazer um levantamento das cimenteiras que cumprem as exigências da legislação ambiental, buscar informações sobre o uso da escória na fabricação de cimento e sobre quais benefícios e malefícios o uso da substância pode causar e elaborar relatórios sobre as condições de armazenamento do produto e os impactos ambientais que a produção provoca no bioma local. Registra-se a presença da Deputada Luzia Ferreira e do Deputado Luiz Henrique. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Natália Quaresma, Auxiliar Administrativo, representando o Sr. Vander Francisco Costa, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Gabriel Guimarães, Deputado Federal; Paulo Cesar Vicente de Lima, Promotor de Justiça, representando o Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Alison José Coutinho, Superintendente do Ibama no Estado; Marcelo Kokke, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada do Ibama no Estado; Célio Lessa Couto Júnior, Assessor, representando Marcos Affonso Ortiz Gomes, Diretor-Geral do IEF; Fausto Varela Cançado, Presidente do Sindicato da Indústrias de Ferro do Estado de Minas Gerais; e José Natan Nídio Neto, Presidente do Sindicato da União Brasileira dos Caminhoneiros, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

Luzia Ferreira, Presidente - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira.

## **ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/9/2011**

Às 9h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Doutor Wilson Batista, Adelmo Carneiro Leão e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.960 e 2.100/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência, para serem apreciados em reunião posterior, requerimentos dos Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater, em audiência pública, a implementação da Lei nº 15.072, de 2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de educação; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, conhecer o documentário "O Mineiro e o Queijo", do cineasta Helvécio Ratton, bem como para conhecer a experiência de produção e gravação do referido documentário junto aos agricultores familiares produtores do queijo minas artesanal; e Carlos Mosconi (4), todos atendendo a sugestões acolhidas durante a realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, realizado nesta Casa em fevereiro deste ano, em que solicita seja solicitada ao Ministério da Saúde a realização de estudos sobre a possibilidade de inclusão dos filtros solares na lista de medicamentos distribuídos pelo SUS; seja enviado ao Ministério Público Estadual pedido de informações sobre o cumprimento, pelos Municípios e pelo Estado, dos preceitos constitucionais da realização de concurso público para os trabalhadores do SUS, a fim de avaliar a precarização dos vínculos trabalhistas na área; seja enviado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de informações sobre a regulamentação da Lei nº 18.874, de 2010, e sobre a implementação da Política de Atenção Integral à Saúde do Homem no Estado; e seja enviado ao Ministério Público Estadual pedido de informações sobre o cumprimento da Lei nº 11.802, de 1995, em especial do art. 12, que determina a remessa de laudo de internação involuntária aos representantes locais da autoridade sanitária e do Ministério Público no prazo de 48 horas a contar da data da internação, e do art. 13, que estabelece a criação de junta técnica revisora para confirmar ou suspender a internação involuntária. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Luiz Henrique em que solicita seja realizada reunião no Município de Diamantina para debater, em audiência pública, a implantação do curso de Medicina na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Carlos Mosconi (2) em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, conhecer os trabalhos e propostas da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, no que diz respeito ao saneamento e seus impactos para a saúde; e seja realizada visita desta Comissão ao Ministério da Saúde, com o objetivo de discutir com o Ministro os repasses de recursos federais para o Estado; Neider Moreira em que solicita seja realizada reunião para discutir com o BDMG, em audiência pública, a abertura de uma linha de financiamento subsidiado para as Instituições de Saúde do Estado; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, aspectos relativos ao uso de agrotóxicos e seus efeitos sobre a saúde; Neider Moreira, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Hely Tarquínio em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Estado de Saúde para discutir questões de saúde no Estado de interesse do governo e desta Comissão; e da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para acompanhar e monitorar a política de segurança alimentar e nutricional no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2011.

Hely Tarquínio, Presidente.



## **ORDENS DO DIA**

### **ORDEM DO DIA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/10/2011**

#### **1ª Parte**

#### **1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### **2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para realização do fórum técnico “Segurança nas escolas: por uma cultura de paz”.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

**1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

**2ª Fase**

**(das 16h15min às 18 horas)**

**(Regimental)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 266/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 28/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca, 1.197/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.891/2011, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.025/2011, do Deputado Fred Costa, e 2.094/2011, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.189/2011, do Deputado Tenente Lúcio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 325 e 1.834/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.113, 1.134, 1.647 e 1.732/2011, do Deputado Leonardo Moreira; e 1.621/2011, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.453/2011, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e 1.543/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:



No 1º turno: Projeto de Lei nº 10/2011, do Deputado Elismar Prado; Projeto de Resolução nº 513/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares; Projetos de Lei nºs 434/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.436/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.966/2011, da Deputada Liza Prado; 356/2011, do Deputado Fred Costa; 409/2011, do Deputado Fred Costa e da Deputada Liza Prado; 429/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 679/2011, do Deputado Luiz Henrique; 701/2011, do Deputado Arlen Santiago; 810/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 848/2011, do Deputado Delvito Alves; 937/2011, do Deputado Antônio Júlio; 1.060/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.187/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.286/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.339/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.382 e 1.501/2011, do Deputado Carlos Mosconi; 1.666/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.859/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.865/2011, do Deputado Fábio Cherem; 1.949/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.122/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.152/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.382/2011, do Deputado Célio Moreira; 2.389/2011, do Deputado Leonardo Moreira; e 2.395/2011, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 915/2011, do Deputado João Leite; 1.533/2011, do Deputado Neider Moreira; 1.685/2011, do Deputado Inácio Franco; 1.749/2011, do Deputado Fred Costa; 1.751/2011, do Deputado Inácio Franco; 1.783/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.832/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.956/2011, do Deputado Adalclever Lopes; 1.978/2011, do Deputado Ulysses Gomes; 2.064/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.113/2011, do Deputado Elismar Prado e da Deputada Luzia Ferreira; 2.319/2011, do Deputado Carlos Henrique; 2.372/2011, do Deputado Duarte Bechir; 2.374/2011, da Deputada Luzia Ferreira; 2.375/2011, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.380/2011, do Deputado Tiago Ulisses; 2.383/2011, do Deputado Célio Moreira; 2.384/2011, do Deputado Inácio Franco; 2.385/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.393 e 2.394/2011, do Deputado Zé Maia; e 2.398/2011, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/10/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.812/2011, do Deputado Délio Malheiros.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 328/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 24 e 94/2011, do Deputado Elismar Prado; 184/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca; 1.997/2011, do Deputado Jayro Lessa; e 2.188/2011, do Procurador-Geral de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.448 e 1.449/2011, da Comissão de Participação Popular; 1.471/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; e 1.552/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/10/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 621/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.565/2011, do Deputado Hélio Gomes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.598/2011, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/10/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.587/2011, do Deputado Bonifácio Mourão; 1.774/2011, do Deputado Delvito Alves.  
Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 4/10/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.624/2011, do Deputado Tiago Ulisses; 1.930/2011, do Deputado Duarte Bechir; 2.052/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.066 e 2.068/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.127/2011, do Deputado Inácio Franco; 2.138/2011, do Deputado Neider Moreira; 2.202/2011, do Deputado Marques Abreu.

Requerimentos n°s 1.432/2011, do Deputado Rômulo Veneroso; 1.438 e 1.462/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.464/2011, do Deputado Fábio Cherm.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/10/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



## **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 4/10/2011, destinada à realização do fórum técnico "Segurança nas escolas: por uma cultura de paz".

Palácio da Inconfidência, 3 de outubro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 4/10/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição n°s 16/2011, do Deputado Romeu Queiroz e outros, que dá nova redação ao inciso VII do art. 2º e acrescenta parágrafo ao art. 227 da Constituição do Estado; 18/2011, do Deputado Duarte Bechir e outros, que dispõe sobre a ação declaratória de constitucionalidade e dá outras providências; e 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar n° 8/2011, do Tribunal de Contas, que altera a Lei Complementar n° 102, de 17/1/2008; e dos Projetos de Lei n°s 558/2011, do Deputado Fred Costa, que dispõe sobre o registro e a divulgação dos índices de violência contra a mulher no Estado; 765/2011, do Deputado Wander Borges, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sabará; 897/2011, do Deputado Délio Malheiros, que estabelece requisitos para a comercialização dos botijões de gás de cozinha - GLP - no Estado de Minas Gerais; 2.125/2011, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, relativa ao ano de 2011, e autoriza abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; 2.252/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Lourenço o imóvel que especifica; e 2.266/2011, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de outubro de 2011.



Dinis Pinheiro, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/10/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 266/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 28/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca, do Projeto de Lei nº 1.197/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e do Projeto de Lei nº 1.891/2011, do Deputado André Quintão; de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.025/2011, do Deputado Fred Costa, e o Projeto de Lei nº 2.094/2011, do Deputado Délio Malheiros; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2011.

Célio Moreira, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para a reunião a ser realizada em 4/10/2011, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de conhecer o trabalho realizado pela Brigada 1 - Combate Voluntário a Incêndios Florestais e debater a possibilidade de instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros Militar do Estado na região do Belvedere, divisa 0com o Município de Nova Lima, que atenda aquela região e os condomínios horizontais do entorno da MG-030, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2011.

Célio Moreira, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública, com convidados, a ser realizada em 6/10/2011, às 10 horas, no Centro Multiuso Galpão de Baldeação, no Município de Ribeirão Vermelho, com a finalidade de debater e propor ações que visem à proteção do patrimônio ferroviário existente no referido Município e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2011.

Almir Paraca, Presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.234/2011

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

##### Relatório

De autoria do Deputado Fábio Cherem, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Lavrense de Proteção aos Animais, com sede no Município de Lavras.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.234/2011 pretende declarar de utilidade pública a Sociedade Lavrense de Proteção aos Animais, com sede no Município de Lavras, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1990 com o escopo de proporcionar assistência e proteção aos animais, especialmente aos abandonados ou pertencentes a pessoas carentes.

Com esse propósito, a instituição mantém hospitais para animais inválidos e doentes e abrigos para os abandonados, previne maus-tratos e abusos praticados contra os animais, cobrando punições de seus autores de acordo com as leis vigentes, e combate experiências realizadas com animais vivos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Sociedade Lavrense de Proteção aos Animais, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.234/2011, em turno único.  
Sala das Comissões, 3 de outubro de 2011.  
Luzia Ferreira, relatora.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.240/2011**

### **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento da Cachoeira Alta e Proteção da Nascente do Rio Pomba, com sede no Município de Santa Bárbara do Tugúrio.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.240/2011 pretende declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento da Cachoeira Alta e Proteção da Nascente do Rio Pomba, com sede no Município de Santa Bárbara do Tugúrio, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter socioambientalista, educacional e desenvolvimentista.

A instituição tem como objetivos principais promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos; desenvolver ações que visem à união na aquisição, venda e beneficiamento da produção de seus associados, assim como de matérias-primas, buscando a redução de custos; incentivar a recuperação e a preservação de áreas degradadas e o desenvolvimento econômico e social sustentável; combater a pobreza; defender a proteção da identidade física, social e cultural de agrupamentos; e estimular a parceria, o diálogo e a solidariedade.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a finalidade de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo referido Conselho, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.240/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2011.  
Luzia Ferreira, relatora.

## **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 9/2011**

### **Comissão de Constituição e Justiça**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em análise, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.061/2009, dispõe sobre a proibição da cobrança de assinatura mensal pelas concessionárias de serviços de telecomunicações.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 17/2/2011, foi o projeto distribuído a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos de juridicidade, inconstitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Foi anexado à proposição, nos termos regimentais, o Projeto de Lei nº 951/2011, do Deputado Carlin Moura, por conter matéria de conteúdo similar.

#### **Fundamentação**

A proposta em tela pretende vedar a cobrança de assinatura mensal pelas concessionárias de serviços de telecomunicações.

A instituição da assinatura básica pelas empresas prestadoras de serviços de telefonia fixa tem gerado controvérsias de toda ordem, existindo um número significativo de ações, nas mais diversas instâncias do Poder Judiciário, em que os consumidores postulam o reconhecimento do caráter abusivo dessa cobrança.

A proposta em análise pretende colocar fim a essa polêmica proibindo, no âmbito do Estado, a cobrança, pelas concessionárias desses serviços, de quaisquer valores a título de assinatura básica, passando as empresas a ser remuneradas pelo consumo medido, que corresponde, exatamente, aos serviços que prestam.

Conforme consta na fundamentação do projeto, o sistema é remunerado pelo regime de tarifas, não havendo razão que possa justificar a imposição aos usuários da telefonia de uma cobrança que não tenha como contrapartida a efetiva prestação do serviço.

Todavia, em que pese a importância do projeto, deparamos com óbices de natureza constitucional, conforme veremos adiante.

Os serviços de telecomunicação, entre os quais se insere a telefonia fixa, são de competência privativa da União e podem ser explorados por meio de autorização, concessão ou permissão, segundo dispõe o art. 21, XI, da Constituição da República.

A competência para legislar sobre telecomunicações é privativa da União, conforme determina o art. 22, IV, da Carta Maior.

O art. 175 do Diploma Constitucional determina, para a hipótese da prestação de serviços sob o regime de concessão, conforme ocorre no caso em tela, que a lei disponha sobre o regime das empresas prestadoras dos serviços, o caráter especial dos contratos e da



prorrogação, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão, como também sobre os direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigatoriedade da manutenção de serviço adequado.

A norma a que se refere o Texto Constitucional é lei federal, já que a prestação do serviço de telefonia é atribuída à União.

É importante observar que o Estado de Santa Catarina editou a Lei nº 11.908, de 2001, que, tal como o projeto de lei em tela, trata da assinatura básica ou taxa mínima pela disponibilidade do serviço de telefonia. O Governador daquele Estado ajuizou, no Supremo Tribunal Federal – STF –, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.615-1, contestando a constitucionalidade da lei, por afronta aos arts. 21, XI, e 22, IV, da Constituição da República.

O STF, em decisão proferida em 22/5/2002, deferiu medida liminar para suspender a eficácia da referida lei. A Corte Constitucional entendeu que a lei estadual “detalha forma e condições de cobrança em matéria de telecomunicações”, tendo invadido a competência privativa da União para legislar sobre o assunto.

É importante observar que o STF, na ADI nº 3.533-9, julgou inconstitucional a Lei Distrital nº 3.596, de 2005, que impunha às empresas de telefonia fixa a obrigação de instalar contadores de pulso em cada ponto de consumo do referido serviço. A Corte Constitucional entendeu que a lei distrital, ao criar obrigação não prevista nos contratos de concessão de serviço público de telefonia, tratou de matéria de competência da União. O STF não acatou a tese de que a matéria encontra-se inserida no direito do consumidor.

Sobre o assunto, aduziu a Ministra Cármen Lúcia, em seu voto no julgamento da ADI nº 3.533-9:

“Reitero que a competência para atuar quanto aos direitos do usuário decorrentes ou havidos em virtude da prestação dos serviços públicos devem ser cuidados pelo ente titular de cada um deles no que concerne à matéria objeto do contrato de concessão, em cujas cláusulas são definidas as obrigações das partes. De se notar que a fiscalização do cumprimento do contrato, aí incluída aquela para o fim de garantir direitos constitucionais, como os dos usuários-consumidores do serviço, não é faculdade, mas dever do ente administrativo competente. A legislação distrital macula-se, portanto, pelo vício decorrente da intromissão em competência que lhe é alheia e, portanto, vedada, quando elabora normas sobre tema que não lhe é entregue constitucionalmente para ser cuidado. A Constituição outorga a cada um dos entes a titularidade de serviços públicos que, ao serem prestados, têm de submeter-se ao regimento, à fiscalização e à direção do Poder concedente. No caso da telefonia, como afirmado pelo nobre Ministro Relator, o ente concedente é a União. Os serviços de telefonia são tidos como federais por opção do constituinte nacional. As relações havidas por sua prestação ou dela decorrentes e pelo seu uso pelo administrado submetem-se à legislação nacional e federal, certamente. A repartição de competências constitucionais quanto aos serviços respeita, também, ao princípio da autonomia das entidades federadas, uma das quais, nos termos do art. 18 da Constituição da República, é a União. Nem poderia essa pessoa política cuidar das relações de consumo dos serviços públicos havidos em cada uma das entidades estaduais e distritais nem poderia dar-se o inverso. Ao cuidar da telefonia, a União estabelece as formas de atuação de seus concessionários (Leis nºs 8.987, de 1995, e 9.472, de 1997) e, nos contratos, nos termos do art. 175, parágrafo único, as condições de fiscalização do quanto lhe é exigido. A lei distrital em questão, ao definir as normas de obrigações a serem levadas a efeito pelas concessionárias federais, intervém no contrato firmado entre a União e suas concessionárias e define novas tarefas para estas, que têm como contratante outro que é o ente federal. Não posso concluir, portanto, ser constitucionalmente possível que um ente não participante da concessão possa impor – por definição legal genérica – a uma das partes do contrato de concessão, de que é parte outra pessoa política, obrigações, ainda ao argumento de que tanto se daria para o bem do consumidor. Até porque, se tanto fosse possível, a concessão não teria tratamento igual para todos os usuários (que ficariam a depender de outros entes que não o titular do serviço), e, ainda, a concessão não se completaria entre as pessoas que comparecem, formalmente, ao contrato”.

Finalmente, o STF também concluiu o julgamento da ADI nº 3.322-1, que contestava a constitucionalidade da Lei nº 3.426, de 2004, do Distrito Federal, que trata da obrigatoriedade da discriminação de informações na fatura de cobrança do serviço de telefonia. O STF concluiu que a matéria se inseria no rol das competências legislativas privativas da União, já que regulava serviço de telecomunicação. Por entender que a lei distrital ofendia os arts. 21, XI; 22, IV, e 175, parágrafo único, I a III, da Constituição da República, o STF julgou procedente a ADI, declarando a inconstitucionalidade da lei.

### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 9/2011.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente e relator – Delvito Alves – Bruno Siqueira – Cássio Soares.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 28/9/2011

O Deputado Adelmo Carneiro Leão – Boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero cumprimentar os meus colegas, amigos e companheiros de jornada, Diretores da Mesa da Assembleia Legislativa, Deputados Dinis Pinheiro e José Henrique, Deputado João Leite, servidores desta Casa, telespectadores da TV Assembleia.

Sr. Presidente, quero tratar inicialmente de uma questão que envolve diretamente a Assembleia Legislativa e que não pode ficar ausente da discussão. Há muitos anos, o Deputado Hely Tarquínio presidiu uma comissão especial que tratou das terras públicas do Estado de Minas Gerais, no início dos anos 90. V. Exa. foi quem conduziu os trabalhos. Certamente existe um relatório nesta Casa mostrando como as terras foram distribuídas no passado e a forma com que governos sucessivos trataram da questão. Hoje estamos



diante de uma situação extremamente grave: denúncias de práticas de apropriação indébita de terras de Minas que deveriam ser destinadas a posseiros, trabalhadores e trabalhadoras, famílias que viveram nas terras por gerações seguidas.

O Iter assumiu a missão nobre de regularizar as terras mineiras. Infelizmente, práticas de corrupção contaminaram essa missão de tal forma que muitos posseiros foram expulsos e as terras foram ocupadas por grileiros e transferidas a outrem, a empresas ou a particulares. Agora estamos vendo a denúncia gravíssima, publicada no jornal “Hoje em Dia”, de que documentos do Iter estariam sendo queimados para esconder práticas de corrupção e apropriação dessas terras.

Isso é absolutamente inaceitável. Não venho aqui dizer que essa é uma questão da Oposição, do PT, do PMDB ou do PCdoB, mas uma questão de Estado, que deve ser cuidada por nós. Quero chamar a atenção de todos. O Deputado Sávio Souza Cruz propôs, no mês de maio, a constituição de uma CPI para tratar desse assunto.

Se tivéssemos feito isso lá, talvez não precisássemos viver essa situação agora. Estou chamando a atenção para isso e peço o apoio da diretoria desta Casa para cuidarmos, ajudarmos o governo a ajudar o Estado de Minas Gerais a cuidar das terras que pertencem ao povo de Minas e não a grileiros, grupos de interesse, quaisquer que sejam eles, que extrapolem o interesse público.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tratarei também de uma questão que significou um avanço, um passo no Congresso Nacional, mas muito aquém daquilo que desejamos: a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 pela Câmara dos Deputados. Não chegamos aonde devíamos. No período em que o projeto de regulamentação dessa emenda estava sendo discutido na Câmara, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi à Câmara e demonstrou claramente que, para o SUS ser garantido como está na Constituição, são necessários, no mínimo, R\$45.000.000.000,00. Depois disso, veio a polêmica de que o governo, para aceitar a regulamentação, exige a criação de uma nova fonte geradora de recursos. Determinados setores da Oposição, sustentados por diversos parlamentares e por vários partidos, disseram que não é possível criar uma nova fonte.

Com toda clareza e como disse hoje na nossa Comissão de Saúde, quero mostrar a posição a que nós, que defendemos a saúde, que lutamos pela saúde, somos favoráveis: a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. E, mais que isso, queremos - e quem pode é o governo federal - que o governo federal dedique todo o seu esforço para que, ao final da regulamentação dessa emenda, tenhamos os recursos necessários. Se forem necessários R\$45.000.000.000,00, que tenhamos R\$45.000.000.000,00, e se forem necessários mais recursos para financiar a saúde, que os tenhamos para garantir o que está na Constituição da República, pois saúde é direito de todos, é direito de cidadania, e o Estado brasileiro, constituído por Municípios, Estados e União, deve prover as condições necessárias para assegurar esse direito. Deixo claro também que a minha posição e a de todos os que lutam pela saúde é a de garantir os recursos gerados pelo Estado brasileiro em todos os níveis.

Antes de tratar do outro tema de homenagem que quero fazer nesta Casa, concederei aparte ao meu caro colega Deputado Sávio Souza Cruz, sempre preocupado com as questões do Estado, sempre lutando para que Minas cumpra o papel de bem servir ao povo de nossa Minas Gerais.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Deputado Adelmo, agradeço tanto a concessão da palavra como as referências. Faço coro com V. Exa. em relação ao episódio que culminou com a prisão do dirigente do Iter-MG e a demissão do Secretário Manoel Costa, que recebeu a visita da polícia em sua casa, com apreensão de arma, e coisas dessa natureza, que poderiam ter sido evitadas se esta Casa tivesse liberdade de cumprir o seu papel. Na verdade, este Poder vem-se apequenando e se submetendo ao próprio Executivo, a esse constrangimento.

No início deste ano, em abril ou maio, quando saiu uma sentença tornando indisponíveis os bens do Secretário Manoel Costa, comecei a colher assinaturas para abrir uma CPI. Entretanto, V. Exa. sabe tão bem quanto eu que, na Minas de Aécio, CPI é algo proibido. Durante o governo Aécio, em média tivemos um sexto das CPIs da vida do regime militar. Aqui não se pode apurar nada. Em Minas pode ocorrer tudo, menos o escândalo, porque isso não favorece a obsessão presidencial do Senador.

Isso está contribuindo para que haja um prejuízo enorme para Minas Gerais.

Naquele tempo tentei colher as assinaturas, mas, como sempre, não consegui. Então, Deputado Adelmo Carneiro Leão, entrei, ainda em maio, com um requerimento de pedido de informações que foi aprovado no dia 7 de julho e remetido ao governo, que não deu resposta alguma. Se tivéssemos cumprido o nosso papel e aberto uma CPI, quem sabe o próprio governo não teria evitado passar por esse constrangimento, com Secretário de Estado na Polícia Federal e dirigentes de autarquia, assim como mais oito servidores, presos. Tudo isso sem contar o grave prejuízo ao erário.

Agora, num desdobramento desse fato, há um incêndio com todos os sinais de incêndio criminoso e uma literal queima de arquivos que acontece sem que esta Casa faça qualquer coisa.

Portanto é fundamental que retomemos a ideia da constituição de uma CPI. No episódio da greve, os próprios Deputados da base viram que nada se constrói com subserviência e sabujice. Na hora de construir o acordo foi necessário que o governo retirasse a base da interlocução e ainda fizesse interlocução com os Deputados da Oposição para se chegar a um acordo, a fim de terminar uma greve de 112 dias na área da educação.

Repito: a sabujice e a subserviência não levam a nada, mas, sim, ao desprestígio do poder, ao seu apequenamento e à sua incapacidade de cumprir o seu papel. Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Muito obrigado. Se essa questão, Deputados e Deputadas, não for tratada com seriedade nesta Casa e responsabilidade pelo governo Anastasia, o próprio Governador sairá marcado na história de Minas Gerais pela omissão em um grave problema que está sendo exposto perante o povo de Minas Gerais. Acredito na seriedade do Governador e no comprometimento desta Assembleia Legislativa. Precisamos tratar disso com muita responsabilidade - e é agora -, tomando todas as providências nas comissões e, se preciso, nas comissões especiais e de inquérito, para apurarmos essa questão.

Na realidade, nestes últimos minutos quero homenagear todos os professores de Minas Gerais e, de modo muito especial, os que lutaram por uma educação de melhor qualidade, por melhores salários e condições de trabalho e por serem respeitados.

Caros colegas Deputados e Deputadas, quero falar sobre a primeira lição que recebi de um professor, que aliás foi uma lição de vida para mim. Desejo homenagear quem considero o meu primeiro professor. Há mais de 50 anos, quando eu tinha 5 ou 6 anos, ainda na



roça, essa pessoa, pai de nove filhos, nos dizia que, se, ao final da sua vida, deixasse a fazenda para ser dividida como herança, assim como o gado e o seu patrimônio, poderíamos, depois de algum tempo, até perder tudo isso, portanto queria deixar para nós o que ninguém nos poderia tomar e optou por investir tudo o que tinha na sua vida em educação. Logo, ofereceu-nos o que ninguém nos pode tomar: a educação.

Por essa visão extraordinária, portadora de futuro, quero homenagear meu pai, a minha primeira professora, o primeiro professor da roça e os professores do meu tempo de infância, de criança, de juventude, da faculdade de medicina e da universidade em Ribeirão Preto, que muito me ensinaram. A luta dos professores nesses dias foi uma grande e importante lição para Minas Gerais.

Na minha vida há muitas importantes lições guardadas no meu coração, na minha mente, mas levarei também os grandes ensinamentos desses mestres de Minas, bravos mestres, que lutaram corajosamente contra um sistema insensível, um governo muito insensível, muito resistente à negociação, com argumentos absolutamente inaceitáveis na pedagogia. Dizer que não negocia com os professores que estão em greve, como se greve fosse algo extremamente perigoso... Se tivesse negociado durante os 100 dias, talvez não tivéssemos 100 dias de greve.

Quero homenagear os professores que fizeram greve de fome, quero homenagear os professores que se acorrentaram aqui, porque eles escolheram certamente o lugar onde perceberam que há mais sensibilidade. Quero homenagear a Assembleia de Minas por ter sido o lugar escolhido, onde os professores fizeram o espaço da luta. Porque foi aqui a mais importante sala de aula da história de Minas, de todas as salas de aulas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Por isso também quero homenagear o nosso Presidente e todos os Deputados que, com serenidade, com tranquilidade, com respeito aos professores, receberam-nos aqui e os acolheram. Eis, pois, a minha homenagem. E que essa lição sirva a todos nós, para compreendermos que quem faz as transformações neste Brasil não são as pessoas que se omitem, não são as pessoas que se escondem, mas, sim, as pessoas que lutam. Parabéns, professores de Minas.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, público que acompanha esta reunião da Assembleia Legislativa, quero falar sobre duas quebras muito claras que a Assembleia Legislativa vem acompanhando nesses últimos dias.

A primeira quebra de que tratarei é a do decoro. A Assembleia Legislativa e os diversos parlamentos têm sido reconhecidos pela maneira educada com que seus membros se tratam. Isso em todo o mundo. Nos países parlamentaristas, que são muitos e estão inseridos no Primeiro Mundo, os parlamentares são todos muito educados. Ao se referirem aos outros, o fazem com muita educação, têm respeito muito grande pelos servidores do parlamento. Por isso quero tratar dessa primeira quebra: a quebra desse decoro, a quebra dessa relação dentro do parlamento. O Parlamento de Minas Gerais, nesses últimos dias, foi palco de várias quebras, de algumas situações difíceis, e não sei se será possível voltar a termos a mesma relação depois do que vimos aqui.

A começar de hoje. O Deputado Sávio Souza Cruz citou o colega de governo dele, Manoel Costa - colega de governo dele e do Deputado Adelmo Carneiro Leão no governo do PMDB e do PT. Ele tratou um Presidente de partido, do PDT, e colega dele de governo de tal maneira que não quero nem citar, porque é muito triste vermos, no Parlamento, a relação ficar deteriorada de tal maneira.

Depois, houve o episódio do Deputado Rogério Correia, indo para cima de um Policial Legislativo. Estou aqui desde 1995, e a Polícia Legislativa da Assembleia Legislativa é exemplo. Trata-se de uma polícia desarmada, são nossos companheiros que mantêm a segurança o tempo todo para nós, que fecham e abrem permanentemente os nossos gabinetes. Nós temos a maior confiança neles. Andam desarmados. Eu não me lembro de um ato violento de um Policial Legislativo nesta Casa. E um deles foi tratado de tal forma. E aí está a reação dos servidores da Assembleia Legislativa, que foram, sem dúvida nenhuma, solidários com tal Policial Legislativo, que foi tratado de uma maneira que ninguém merece, muito menos a nossa polícia. Quero me solidarizar com a Polícia Legislativa, que é um exemplo, é um orgulho para nós e foi atacada. Fica aqui a nossa solidariedade.

Depois houve também o tratamento ao nosso Presidente. Ele foi tratado com palavras e com ameaças de agressão. Ora, que relação é essa? Isso é relação parlamentar? Temos de marcar esse momento. Não vamos colocar por cima disso panos quentes e esconder o que aconteceu na Assembleia Legislativa. A relação foi quebrada nesta Casa e tem sido quebrada permanentemente. Não nos calaremos. Não adianta tentarem ensinar errado. Vem aqui o nosso professor de monarquia, o imperialista, o Deputado Sávio Souza Cruz, dizer que é sabujice essa relação.

Deputado Sávio Souza Cruz, o meu partido está no governo e o defendo. V. Exa. conseguiu instaurar 13 CPIs contra o meu partido - o meu Líder era o Deputado Hely Tarquínio - e não aconteceu absolutamente nada. Isso ocorreu no governo do PMDB e do PT, do qual V. Exa. e o Deputado Rogério Correia foram Líderes, e o Deputado Adelmo Carneiro Leão foi Secretário. O governo de vocês conseguiu estabelecer um piso de R\$120,00 para os professores e de R\$900,00 para os soldados. Foi isso que o seu governo conseguiu fazer. Essa é a verdade histórica que está nos anais da Assembleia Legislativa, como estará também o que V. Exa. falou do Secretário Manoel Costa, Presidente do PDT, seu colega no governo PMDB-PT.

Tenho muitas coisas a falar, mas, com muito prazer, devo conceder aparte ao Líder Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado João Leite, estamos acompanhando com atenção o pronunciamento de V. Exa., que demonstrou que o decoro foi quebrado nesta Casa. Na verdade, Deputado João Leite, a greve acabou, mas suas sequelas ficaram marcadas indelevelmente nesta Casa. V. Exa. apontou algumas das sequelas da greve, mas e a invasão deste Plenário? Ação jamais vista na história deste Plenário. Cometeram o crime de invasão de domicílio e outro de falsa identidade. Sabemos que a grande maioria que estava aqui e a maioria dos que estavam nos vaiando não eram professores. Até porque, Deputado João Leite, V. Exa. sabe que as nossas professoras não nos ensinaram a vaiar as autoridades no momento em que têm a liberdade de se expressarem, e essa é a nossa obrigação. Se ela discorda, repete Voltaire quando diz que não concorda um minuto sequer com o que se fala, mas defende até o último minuto o direito de dizer. Isso nos ensinou Voltaire e as nossas professoras também. Mas o que foi visto no correr da greve foi uma plateia manipulada, aconselhada, trazida aqui para aplaudir os Deputados da Oposição e vaiar sistematicamente os Deputados da base do governo.



Deputado João Leite, como disse muito bem o nosso grande líder, ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quem está na vida pública, na vida política ora está na planície, ora está no planalto. Claro que ele não se referia ao Planalto em Brasília, referia-se ao planalto geográfico. Acontece, Deputado João Leite, que a dimensão da nossa conduta, daqueles Deputados que trabalham com a consciência e honradez não é medida pela vaia nem pelo aplauso de meia dúzia de pessoas; a dimensão da nossa conduta é medida pela nossa consciência. Ainda farei um posicionamento a respeito do assunto, mas queria aproveitar a oportunidade para aplaudir as palavras de V. Exa. e assinalar a minha indignação com muitas coisas que ocorrem neste Plenário.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Líder Mourão.

O Deputado Luiz Carlos Miranda (em aparte)\* - Obrigado, Deputado João Leite. Colegas Deputados, Presidente, também quero me solidarizar com o companheiro João Leite e com o Deputado Mourão.

Como dirigente sindical e trabalhador, não posso ser contra as manifestações nem contra as greves, que são direitos democráticos constantes da Constituição. No entanto é preciso conter os excessos que ocorreram em função de interesses políticos. Não se pode impedir um parlamentar de trabalhar. Estive aqui quando fomos barrados, conversei com os grevistas e, conforme disse o Líder Bonifácio Mourão, na sua grande maioria eles não são professores nem oriundos da classe da educação deste país. Muito me assusta quando o grande Líder do PDT nacional, Cristovam Buarque, estabelece essa lei que não beneficia o professor que recebe tão pouco, e a sua função nacional. Sequer eles são citados em seus debates, dizem apenas que foi o Lula quem sancionou a lei. Isso nos preocupa muito. O decoro parlamentar não pode perder o seu significado maior. Realmente me senti como dirigente sindical.

No entanto gostaria de cumprimentar a grandeza do Deputado desta Casa, pois outras atitudes ele poderia ter tomado contra os trabalhadores, não trabalhadores ou contratados. Teve a paciência, a grandeza e a sabedoria de negociar ao extremo. Ainda não se resolveu o impasse, mas parcialmente foi resolvido, graças à presença e iniciativa do Presidente Dinis Pinheiro, e não simplesmente de outras pessoas. Também ressalto a grandeza do Governador Anastasia. Nesse período eu o procurei, e ele se dispôs a negociar a qualquer instante, desde que houvesse respeito das partes. Certamente, por meio do equilíbrio, buscaremos o melhor caminho. Já fiz 500, 600 greves na minha vida, mas sempre respeitando os empresários para chegar ao entendimento e abrir a negociação, o que não foi presenciado nesses últimos dias aqui na Assembleia.

Foi citado aqui o Secretário Manoel Costa. Sou novo na política, mas gostaria de dizer que o Manoel foi colega de vários parlamentares que aqui estão, mas está sendo achincalhado, como eu e tantos homens públicos, sem que se aponte a verdade. Não é admissível que um homem que serviu ao governo do Itamar e do Tancredo, que serviu a todos os governos de Minas Gerais possa ser aqui achincalhado por quem quer que seja sem que se tenha uma prova concreta. Isso não é justo, até que se prove que o antigo Deputado, o Secretário Manoel Costa, esteja envolvido nessa trama, com a qual não concordamos. Não concordamos com que se queimem documentos, mas também que não comecem a tentar prejudicar a vida de um homem que, durante mais de 25 anos, está na vida pública, tem a vida limpa e merece ser respeitado até que a verdade possa ser esclarecida.

Outro assunto importante é que, na última sexta-feira, tivemos um congresso em Minas Gerais da UGT - não é mesmo, Deputado João Leite? - para organizar os trabalhadores mineiros. Veio aqui o grande Presidente Ricardo Patã e, nessa oportunidade, o Ademir Camilo, Deputado Federal do PDT, tomou posse como Presidente da entidade. Trata-se de mais um instrumento político no movimento dos trabalhadores, a fim de organizá-los para avançar na luta, e não simplesmente avacalhar a luta deles.

Portanto, mais uma vez, cumprimento a Mesa, bem como o companheiro João Leite, pela brilhante exposição e preocupação com o momento que vivemos. Cada coisa no devido lugar. Lutaremos, pois o salário da professora é uma injustiça social no Brasil. Essa questão precisa ser resolvida e debatida por todos nós a todo instante. Porém não se pode usar o problema do salário baixo da professora para avacalhar a vida de todos os mineiros. Muito obrigado. Boa tarde.

O Deputado João Leite - Muito obrigado.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado João Leite. Serei rápido. Gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento e também, de público, o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, que demonstrou muita paciência nesse processo. Afinal, o clima esteve tão tenso nesta Casa que alguns amigos Prefeitos me perguntaram se poderiam disponibilizar uma parte de sua emenda para comprarmos um tatame para este Plenário, a fim de praticarmos a antiga arte milenar do caratê.

Portanto parabeno o Presidente pela paciência e também o caro Deputado João Leite por essa exposição.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Deputado João Leite, também gostaria de parabenizá-lo pela fala nos encaminhamentos que V. Exa. faz. Realmente fiquei perplexo com o que aconteceu.

Como foi dito, nem na ditadura aconteceu o ocorrido na Assembleia Legislativa nesta semana. Quero fazer menção ao ataque à Polícia Legislativa, a um servidor que, no pleno exercício do seu trabalho, foi agredido. Quero repudiar essa atitude do nosso colega. Não concordo, de maneira alguma, com o jeito como lhe dirigiu a palavra. Naquele momento estava havendo um diálogo, e vimos nas redes que o professor foi impedido de entrar, que foram atacados. Não houve nada disso. O Secretário-Geral da Mesa deu uma explicação, e aconteceu aquilo.

Infelizmente, o Deputado que me antecedeu fez uma relação e alguns esclarecimentos, mas vimos algumas pessoas, que não tinham nada a ver com os professores, agitando, tumultuando e indo para o que desse e viesse. Houve, sim, aquele momento de ânimos acirrados de alguns Deputados e manifestantes, mas a Assembleia Legislativa tem-se colocado como intermediadora desde o princípio. Vimos, nas galerias, na frente da Assembleia, nas comissões, os professores xingando os Deputados, usando tudo quanto é nome, e não vale a pena repetir os palavrões que nos foram dirigidos. No entanto, os Deputados estavam sendo intermediadores, aliás participei de algumas reuniões em que havia Deputados da Situação e da Oposição e representantes do Sindicato, e o que estava sendo falado era completamente diferente. Parece que estavam querendo procurar alguma coisa para servir de exemplo ou para atacar.

Portanto, a democracia foi quebrada nesses dias, e o diálogo é fundamental para chegarmos a um acordo. O Presidente e a Mesa desta Assembleia nunca se negaram a conversar e intermediar. O que aconteceu ontem no final da greve foi proposto pelo governo há três meses. Ficamos 90 dias sem aulas, e o ano praticamente acabou para os meninos e seus pais. Lamento muito essa situação.



Alguns “blogs”, “e-mails” e o Facebook já têm a relação dos Deputados que votaram contra o projeto, sendo que este nem chegou ao Plenário. É um absurdo, uma mentira. Quero deixar o seguinte registro: estamos torcendo para que os professores consigam o que almejam e vamos ajudá-los no que for possível, sem demagogia e sem atacar ninguém. Obrigado.

O Deputado João Leite - Serei breve. Gostaria de falar de duas quebras, mas só tratei da quebra do decoro. Queria tratar também da quebra do pacto federativo. Os números do governo federal nos remetem a algo de que o Deputado Sávio Souza Cruz gosta muito, o tempo do Império, em que tínhamos tudo centralizado. O Brasil se tornou República porque tudo estava nas mãos do Imperador. O Deputado Sávio Souza Cruz tem saudades desse tempo, e agora o governo federal patrocina essa centralização.

Por fim, queria falar da minha preocupação com a banalização da palavra, o desrespeito que temos visto. Não sei se os que usam essas palavras duras pensam que temos medo deles, pois só falam aos gritos e aos palavrões.

Só vou repetir uma frase que já falei: se grito valesse, porco não morreria. No grito, ninguém vai levar aqui. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elismar Prado\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste em casa, boa tarde. Na mesma direção, gostaria de falar sobre esse assunto, Sr. Presidente, e dizer que, na minha opinião, esta Casa foi uma grande sala de aula, um espaço sagrado e o único que os trabalhadores da educação tiveram para fazer as suas reivindicações, para se expressarem e se manifestarem. Sabemos que a luta dos educadores refere-se à implementação do piso salarial nacional da educação. Quando fui Deputado Federal, como membro da Comissão de Educação da Câmara Federal, participei de todas as discussões para saldar uma imensa dívida que o Brasil tem com a educação. Sempre disse e repito, tivemos no Brasil 300 anos de escravidão, 2 ditaduras e apenas 23 anos de Constituição cidadã, e a dívida social é gigantesca. Falo isso, porque a nossa luta, muito acima e além das disputas de governo, é para implementar uma política de Estado para a educação, para saldar gradativamente essa imensa dívida com os nossos professores e professoras, todas as categorias e as carreiras da educação. Então democraticamente os professores ocuparam este Plenário e as comissões. Essa foi a última medida do Sindicato dos Trabalhadores da Educação - Sind-UTE, o qual quero homenagear, assim como toda a sua diretoria. A greve não agrada ninguém. Todo mundo aguardava ansiosamente o fim da greve, tanto nós, Deputados, como também professores, trabalhadores e a sociedade em geral. É claro que ela traz prejuízos. Mas essa foi a última medida, foi o único recurso para que os trabalhadores pudessem chamar a atenção para a situação limite que estão enfrentando. Minas Gerais paga, sim, o pior salário do Brasil. Hoje o vencimento base, para início de carreira é de R\$369,00. Como um trabalhador vai sobreviver com isso, oferecer dignidade a sua família? Como um país, que está em pleno desenvolvimento, que almeja ser a quinta economia do mundo, educa e trata dessa maneira os seus alunos, os seus professores e as suas professoras? Por isso, esse foi o último recurso. Foi importante, sim, a presença dos trabalhadores nesta Casa. Ontem, com 112 dias de greve, ela foi suspensa depois de um acordo. Eu participei de diversas reuniões. Ontem, durante todo o dia, estivemos acompanhando esse processo de negociação e, mediante acordo, a greve foi suspensa. Repito suspensa, porque ela não foi encerrada. Permanecemos em estado de greve.

Em virtude do acordo, foi suspenso também o projeto que tramitava nesta Casa, que, na verdade, significa o fim da carreira do magistério, porque nivela por baixo. Ele quer pagar R\$712,00 para o professor especialista, o mestre, o doutor, para quem está no início de carreira e para quem tem 20 anos de dedicação à educação. Portanto esse projeto é um verdadeiro absurdo e deve realmente ser suspenso. Agora a comissão tem a responsabilidade, vamos acompanhar, de propor melhorias, até mesmo o reposicionamento do piso na carreira.

Além da criação da comissão e da suspensão do projeto, há uma outra questão. Trata-se da suspensão também de todas as penalidades em virtude da greve. Isso será remetido à comissão, para que os trabalhadores da educação não sofram nenhum prejuízo na sua vida funcional. Da mesma forma, com a suspensão da greve, foi impedida a demissão de 248 servidores - havia um ato administrativo do governo do Estado pronto para demitir os servidores.

Como todos sabem, o piso salarial nacional foi sancionado em 2008. Daí toda a revolta dos professores, que se justifica, porque demos, na lei do piso, três anos para os Estados se prepararem a fim de implementá-lo. Infelizmente, Minas não se preparou, assim como outros Estados também não o fizeram. Portanto, provamos que a disputa e a greve não são políticas, porque todos os Governadores de todos os Estados estão sendo cobrados para implementar a lei do piso. Isso independe da correlação política, partidária e ideológica, porque é uma lei federal, votada pela Câmara Federal e pelo Senado da República, sancionada pelo Presidente Lula e julgada totalmente constitucional pelo STF, a mais alta corte do Judiciário do País. Por isso a expectativa dos trabalhadores da educação era de que a lei fosse cumprida. Foi isso que gerou tanta revolta e indignação, que se justificam, porque, uma situação dessa, com salário de fome e miséria e com as condições de trabalho a que estão submetidos nossos trabalhadores da educação, realmente era insustentável.

Professores sem nenhuma formação estão sendo contratados e há falta de professores de diversas áreas. Como disse aqui, se realmente não tratarmos isso com muita seriedade, viveremos um verdadeiro apagão escolar. Se não houver incentivo na carreira, ninguém mais querará ser professor, ninguém querará trabalhar no sistema de educação. Aí, sim, o prejuízo será muito grande, e ele não ficará para esse governo, mas para o Estado. É uma questão de futuro. Por isso a questão é séria, por isso a questão não é política.

Acompanhamos todo o processo, fomos solidários. Tivemos aqui dois companheiros – uma professora e um professor – em greve de fome. Foi todo um processo democrático e legítimo. Uma coisa que nos espantou muito foi a tamanha indiferença do governo, uma indiferença de assustar. E também uma certa indiferença de vários segmentos da sociedade em geral, em função da falta de apoio da grande mídia para com o movimento. Alguns meios de comunicação, em menor ou maior grau, falaram da greve, mostraram a verdadeira realidade que enfrentam nossos professoras e professores. Outros omitiram totalmente a realidade e os acontecimentos em Minas e outros, ainda, mostraram parcialmente. Mas muita gente não tinha sequer o conhecimento de que no Estado os professores estavam de greve há 112 dias. Tudo isso porque houve um sentimento de indiferença muito grande para com a educação.

Está em jogo a vida de milhares de mulheres e homens. É uma questão muito séria, que perpassa a simples disputa política e eleitoral. Se o governo do Estado fosse de outro partido, vocês acreditam que o movimento não faria greve, não reivindicaria a implementação do piso salarial? Isso independe da posição política. Estamos aqui para defender a qualidade da educação, e isso se



faz, sim, com bons prédios, escolas bem-arrumadas, boa metodologia pedagógica, mas, acima de tudo, com investimento no ser humano, nos servidores. Quase não se fala nisso.

Estamos lutando para melhorar as condições de trabalho e de vida dos servidores em educação e de todos os servidores do Estado. Por isso, todo esse tempo, acompanhamos esse processo. Foi importante, sim, a participação nesta Casa, que foi o último, o único lugar em que eles puderam se expressar e se manifestar, devido à censura estabelecida em Minas. Por isso nosso movimento se chama Minas sem Censura.

De fato, é, porque foi aqui que desembocou, foi aqui que eles tiveram condições para chamar a atenção, para fazer as reivindicações e para mostrar a realidade do movimento.

Concedo aparte ao Deputado Rogério Correia, Líder que participou de maneira efetiva de todo esse processo.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Deputado Elismar Prado, V. Exa. apresenta muito bem um resumo das negociações decorrentes desses 112 dias de greve. O sentimento que tenho, e acho que deveria ser o sentimento desta Casa, é de alívio por ter terminado um ciclo de 112 dias de greve, bem como um processo de negociação. É claro que se deve fazer uma avaliação de muitos problemas que ocorreram, mas o importante é que conseguimos pôr fim ao processo de 112 dias de greve. Ainda deverão ser feitas várias análises, mas conseguimos a negociação. O sentimento que temos hoje é de alívio.

Fico, às vezes, sem entender o sentimento de rancor que alguns expressam em relação ao término do procedimento. Creio que essa foi uma vitória do processo legislativo, porque só foi possível resolver a questão depois que o projeto de lei veio para cá e as pessoas puderam se manifestar, até mesmo com a ocupação do Plenário e das galerias. Apesar de todos os embates travados, foi no Parlamento que se tornou possível encontrarmos a saída. O nosso clima deveria ser de comemoração, já que houve um acordo e uma saída. No entanto, ainda percebemos um clima de rancor e de insatisfação. Creio que alguns Deputados deveriam abrir mais seus corações. Sinceramente, depois de todo esse período, sinto-me aliviado com o término de uma greve que durou 112 dias.

Presidente Dinis Pinheiro, queria parabenizá-lo por não ter tomado a atitude - sei que alguns queriam isso - de retirar, na marra, os professores e solicitar a interferência da polícia. Penso que isso não engrandeceria o nosso Parlamento. Muito melhor fez o Deputado Alencar, que pertence à base do governo, pois veio aqui conversar e perceber o sentimento dessas pessoas. Assim fizeram tantos outros, como o Deputado Luiz Humberto, que trabalhou, mesmo sendo da base do governo, para encontrar uma saída, e não um confronto. Hoje aqueles que queriam um confronto foram derrotados. Talvez por isso eles estejam tão rancorosos.

Parabenizo aqueles que trabalharam na busca de um consenso, independentemente do posicionamento político-partidário, que nos ajudaram muito, a exemplo de V. Exa., Deputado Elismar, a exemplo dos Deputados Adelmo, Carlin Moura, Sávio Souza Cruz, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Durval Ângelo e Alencar da Silveira Jr. Mencionei os que vi por aqui, mas foram muitos os que trabalharam em prol de um acordo, independentemente de concordarem ou não com todo o procedimento. O que não podia acontecer era uma professora continuar nesse movimento e depois sair dele recebendo esse piso salarial e sem o reconhecimento da carreira pelo governo. Então, Deputado Luiz Carlos, nós, sindicalistas, podemos até não concordar com alguns métodos, mas a essência foi a justa reivindicação. Como dizia Bertolt Brecht: “Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”.

Desculpem-me, Deputados, realmente não poderíamos ser coniventes com algo que fez, de fato, os professores se mobilizarem, porque ali havia um problema real. Esse problema ainda persiste, mas a negociação de ontem, longe do que disse o Deputado Célio Moreira, não foi a mesma que ocorreu há muito tempo. O Deputado Danilo de Castro e o Governador também se moveram. Também não foi igual ao que aconteceu em julho, quando não havia R\$712,00 no projeto de lei, e não havia como se mover na carreira. Foi um grande avanço, em razão do qual a base do governo deveria se exaltar ao invés de torcer para dar errado. Nunca vi base do governo torcer para as coisas darem errado. Gostaria de parabenizar os que trabalharam pelo diálogo, e não pelo confronto. Muito obrigado.

O Deputado Elismar Prado\* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Realmente, nesse processo que envolveu o movimento de greve da educação, este Parlamento teve um papel importante, sim, porque é o Poder mais democrático e mais transparente. Foi aqui que os professores encontraram as condições necessárias para realizar suas indicações e para chamar a atenção da sociedade, da imprensa, das lideranças e do governo. Este, no começo, desprezou totalmente a lei federal do piso. Ele simplesmente não a reconhecia, mas, durante esse processo de tensão e de negociação, passou a reconhecê-la. Tanto é que conseguimos suspender o projeto, que tramita nesta Casa, o qual simplesmente colocaria fim na carreira do magistério. Temos agora a possibilidade de apresentar emendas, melhorias e propostas para que seja possível aperfeiçoar esse projeto.

O governo, no início, mostrou total insensibilidade, indiferença e falta de reconhecimento à luta dos professores. Agora conseguimos pelo menos iniciar um novo processo. A Comissão, que tem um papel muito importante, inicia seus trabalhos nesta quinta-feira com o objetivo de apresentar uma proposta razoável, de modo que seja possível oferecer o mínimo de dignidade aos professores, o mínimo mesmo. O piso de R\$1.187,00 é muito pouco diante daquilo que o Estado deve aos professores, aos educadores, principalmente em Minas.

Como eu disse, este é o Estado que paga o pior salário, quando deveríamos dar o exemplo. Minas deveria refazer suas contas e tratar com respeito seu professor, sua professora, o trabalhador em educação para que este Estado seja realmente grande. Para que Minas se desenvolva, precisamos investir no ser humano. Todavia, infelizmente, o único meio que os trabalhadores tiveram para chamar a atenção e para abrir o processo de negociação, porque eles sequer recebiam os profissionais da educação – não foram recebidos nenhuma vez pelo governo –, foram os 112 dias de greve, um imenso prejuízo.

Esperamos, a partir da discussão desse projeto, obter avanços para melhorar as condições de vida dos trabalhadores da educação. Acompanharemos todo o processo. A greve foi suspensa, mas o estado de greve permanece. Esperamos realmente que o governo seja mais ágil, mais célere quando tratar da educação, buscando resolver mais rapidamente as questões para não prejudicar a sociedade. Não podemos lançar as responsabilidades sobre os ombros das professoras e dos professores, sobre o lado mais fraco nessa relação de poder. Eles, que enfrentaram um poderio gigantesco, o governo, não podem ser responsabilizados. Responsável é o governo, independentemente do partido. O governo não tem de considerar quem votou nele ou não. Ele precisa cuidar da sociedade. Isso é



política pública, e política pública de Estado, não de governo. É assim que ele precisa tratar a educação. Há uma grande máxima, um grande jargão que diz que a educação é a mola mestra que mudará a sociedade. Queremos ver isso na prática. Por essa razão, acompanharemos o desenrolar dessa história.

Parabenizo o sindicato, os Diretores, o movimento social, os Deputados e o Presidente desta Casa pelo equilíbrio e por ter transformado este Parlamento em um espaço democrático e transparente no qual os educadores puderam se manifestar e expressar livremente sua opinião, o que resultou em algumas conquistas e avanços para a suspensão da greve e para a construção desse acordo, que esperamos culmine em avanços e melhorias para a carreira do nosso professor. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, senhores Deputados, telespectadores, minhas senhoras e meus senhores, o primeiro assunto que me traz a este Plenário são duas moções aprovadas na manhã de hoje, na Comissão de Direitos Humanos. Estávamos reunidos em função de um grave problema que tivemos no dia do Grito dos Excluídos, em Ribeirão das Neves, dos manifestantes com um policial. O requerimento foi do Deputado Celinho do Sinttrocel. Tivemos um excelente debate, uma excelente discussão.

Gostaria de destacar as duas moções.

A primeira, Sr. Presidente, aprovada pela Comissão e em nome da Comissão e da Assembleia, foi a moção de apoio à Ministra do STJ e Corregedora do Conselho Nacional de Justiça – CNJ -, Eliana Calmon, pelos excepcionais trabalhos que essa jurista vem prestando ao País e à sociedade na fiscalização de irregularidades na magistratura brasileira e pela coragem de enfrentar o corporativismo de entidades de classe e de magistrados brasileiros. Essa Ministra, conhecida por sua postura firme, declarou ontem que há na magistratura bandidos que se escondem atrás da toga. A reação corporativa foi absurda. O Presidente do CNJ e do Supremo, parecendo que não tinha entendido o que a Ministra falou, reagiu vigorosamente. Conseguiu um manifesto repudiando as afirmações da Ministra assinado por 13 Conselheiros - um estava viajando, e ela, evidentemente, não assinou. O Presidente da AMB declarou que na magistratura brasileira não há bandido, não há criminoso, que pode haver Juiz que se desvie de suas funções.

Imaginem, Srs. Deputados, advogados aqui presentes, se os presos ou os criminosos condenados nos tribunais superiores deste Brasil, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, falassem que não eram criminosos, que tiveram desvio de função. Isso é um absurdo. E a Ministra mostrou dados recentes de afastamento de Juizes, Ministros, Desembargadores. Toda essa celeuma é para instituir um projeto que reduz o poder do CNJ.

Na realidade, todos sabemos a impunidade que existe nas corregedorias. Para terem uma ideia, de 10 ou 12 Juizes e Desembargadores que a Comissão de Direitos Humanos denunciou nos últimos 10, 12 anos, só um foi afastado pelo Tribunal de Justiça. Todos os outros, se aconteceu o afastamento, foi pelo CNJ.

É interessante porque, enquanto isso, estamos vendo Juizes sérios sendo mortos, como no Rio de Janeiro. Ou agora, em Esmeraldas, o caso do Juiz Juscelino, que vem fazendo um excepcional trabalho, corrigindo erros de uma Juíza afastada. Esta semana seu relatório mostrará coisas absurdas ocorridas na Comarca de Esmeraldas, e não lhe dão segurança de vida - ele corre risco de ser morto - e não pagam diárias nem despesas com alimentação de seus funcionários. Ele não recebe apoio nenhum do Tribunal. Ele já afastou da Comarca de Esmeraldas Oficiais, descobriu 1.000 processos que sumiram e, pasmem os senhores, 2 mil homicidas soltos, porque há 12 anos não se faz um júri popular nessa Comarca. Doze anos, e os homicidas estão soltos. Então vemos que é uma situação absurda.

Mais grave do que qualquer irregularidade apontada pela Ministra é a reação corporativa de proteção. Então, em nome desta Casa, estou-me manifestando à Ministra Eliana Calmon. De manhã falei que em todas instituições há pessoas que acabam não honrando os princípios da instituição, em todos os Poderes, mas dizer que no Judiciário não há ninguém que seja criminoso ou bandido... Há um mês um Desembargador de Minas foi preso e uma Juíza foi afastada. Foi aquela velha questão, desde o ano passado, da venda de “habeas corpus”.

Eu disse que, na segunda-feira, vou denunciar um Juiz de Belo Horizonte, com provas de vendas de “habeas corpus” para traficantes. Farei essa denúncia segunda-feira, nesta Casa, numa entrevista coletiva. São pequenos traficantes? O menor deles todos, de quem recebeu propina para soltá-lo, foi o Roni de Oliveira. Os testemunhos que estamos colhendo do caso desse Juiz são de Juizes colegas dele, envergonhados, de dois Oficiais de Justiça da Vara, e de familiares de pessoas que receberam propostas de propina. Então, temos de manifestar sim, Presidente, uma opinião de apoio.

A outra moção que aprovamos na reunião de hoje, convocada a requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, é uma moção de repúdio ao Vereador Quito Formiga, da Câmara Municipal de São Paulo. Deputado João Leite, esse Vereador está propondo uma reunião na Câmara Municipal de São Paulo para homenagear Davi dos Santos Araújo, o famoso Capitão Lisboa, da Operação Oban, pública e comprovadamente responsável direto por crimes de assassinato e tortura de presos políticos durante o regime militar. Esse Capitão Lisboa é da tortura da Amelinha Teles. Todos se lembram da forma cínica como ele se pronunciou na Câmara, quando, numa CPI, foi pedida uma acareação entre ele e a torturada, e a senhora torturada, como vários, o identificaram como Capitão Lisboa. Sabe o que ele disse, dirigindo-se a essa senhora, Amelinha Teles? “Não te torturei porque nunca torturei mulheres feias”. Essa foi a resposta dele, confessando publicamente o crime. É por esses motivos que lutamos pela Comissão da Verdade e Justiça. É por esses motivos que achamos que essa página triste não pode continuar na história do Brasil.

Fizemos aqui, durante dois dias, o fórum “A Sala escura da tortura”, que vocês todos acompanharam. A exposição está aqui no “hall” até o dia 26. Pedimos aos Deputados que fossem lá conhecê-la. Vimos o protesto por essa homenagem que será prestada na Câmara Municipal de São Paulo ao Capitão Lisboa, a esse conhecido torturador.

Trago, de alguma forma, Sr. Presidente, um pouco do que é o trabalho da Comissão de Direitos Humanos, do que fazemos para edificar esse Poder, do que fazemos para dar legitimidade à representação popular, estabelecendo com a sociedade uma interlocução permanente, que é a legitimidade maior e única da democracia. O voto popular é uma estratégia, mas a legitimidade é obtida na interlocução.

Para elogiar essa interlocução, quero exaltar esta Casa. Isso porque, diante da insensibilidade do Governador, a Situação, a Oposição e a Mesa Diretora souberam buscar um consenso, uma solução no caso dos professores. É isso que é a função do parlamento



em qualquer democracia do mundo. Para não citar muitos Deputados da Situação e da Oposição, quero citar um, o Deputado Rogério Correia, Líder do Bloco Minas sem Censura. Quero dizer, Deputado, que nos orgulhamos do papel que V. Exa. teve. Sentimo-nos satisfeitos de tê-lo com essa postura, com essa firmeza e com tanta sabedoria. Houve alguns momentos de tensão, mas tensão em defesa da vida. Há 2 mil anos, houve um, que é o símbolo máximo da paz, do diálogo e da concórdia. Essa pessoa, em determinado momento pegou no chicote para espalhar os vendilhões do templo. Nem por isso alguém pode dizer que ele é violento. Aquela foi uma indignação cívica. Quero elogiar o Deputado Rogério Correia que, se em determinado momento precisou pôr a mão no chicote para defender alguém fraco, indefeso, uma educadora, soube agir com firmeza. Então, parabéns, Rogério. Na sua pessoa, elogio toda a Casa pelo papel fundamental que V. Exa. teve na greve dos professores.

Elogio ainda a atuação do movimento sindical Sind-UTE. Democracia nenhuma se fortalece sem movimentos sindicais fortes. Esta Casa hoje tem tantos ex-sindicalistas, tradicionais da educação, como eu e o Rogério; líder dos metalúrgicos, como o Luiz Carlos Miranda; líder dos rodoviários, como o Celinho do Sinttrocel, além de outros líderes sindicais que tiveram sua vida construída na luta da organização sindical. Não se faz democracia sem instituições fortes. Portanto, elogiamos a luta sindical. Democracia pressupõe conflito, e é preciso saber conviver com conflitos, senão não é democracia. Destaco o papel do sindicato nessa luta, por meio de sua líder, a Profa. Beatriz Cerqueira, a Bia. A sua postura foi muito correta. Tudo isso engrandece e fortalece o Legislativo.

Tenho um assunto a tratar ainda, mas concedo 1 minuto ao Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, estamos ocupando o microfone para falar da infelicidade de V. Exa., a nosso ver, ao citar Jesus Cristo no seu pronunciamento, dizendo que, usando o chicote, na verdade expulsou os vendilhões do templo. V. Exa. está sendo altamente infeliz ao fazer essa comparação. Algumas pessoas, ao agredirem trabalhadores da Casa, não tiveram, em absoluto, uma atitude semelhante à de Jesus Cristo. Ao contrário...

O Deputado Durval Ângelo\* - Agradeço o aparte de V. Exa.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Ainda não terminei o aparte. Se V. Exa. não quer escutar, é diferente. Mas quero fundamentar minha fala.

O Deputado Durval Ângelo\* - V. Exa. já falou por 2 minutos. Agradeço o aparte de V. Exa.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - V. Exa. está temeroso do meu aparte e foi infeliz na comparação.

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, eu disse 1 minuto, e ele ficou com a palavra por 2 minutos.

Sr. Presidente, para mim, diante da defesa da vida, temos de agir com firmeza sim. Reitero o que disse: o maior senhor da paz, chamado pelo profeta Isaías como Príncipe da Paz, sempre defendeu a concórdia e o diálogo. Diante de uma injustiça gritante, um fato mais grave, ele agiu com o direito de legítima defesa, pegou sim no chicote. E disse que, em determinado momento, veio trazer a espada e o fogo. Isso está nas palavras sagradas. Portanto, diante de uma injustiça gritante, você tem de reagir com firmeza. É a velha teoria da envergadura da vara: muitas vezes, se uma vara verde está torta e for colocada num prumo reto, não retornará o suficiente. É necessário que seja inclinada com mais firmeza para a esquerda para que tenha o equilíbrio central. Temos de saber que, às vezes, o ponto de equilíbrio é obtido com conflito. Essa é a história dos povos, é a história da democracia construída na independência dos Estados Unidos, é a história da Revolução Francesa, é a história de muitas transformações, como das revoluções cubana e nicaraguense. É preciso reagir com firmeza diante da injustiça social.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, embora o tempo seja curto para fazer uma análise mais aprofundada do assunto em pauta, que ainda é a greve dos professores - aliás há 113 dias esta Casa vive praticamente desse assunto -, reitero o que disse: nesta Casa prevaleceu o diálogo, apesar de muitos torcerem para que, ao invés do diálogo, prevalecesse a força. A força do não diálogo, da aprovação do projeto de lei da forma como veio, ou seja, sem debate, sem diálogo, sem acordo e conversação com o sindicato. Felizmente, isso não prevaleceu. O governo reconheceu que era necessário abrir o diálogo com o sindicato, e assim o fez ontem; no meu entendimento, tardiamente. Isso poderia ter sido feito antes, em julho, quando suspendemos nesta Assembleia Legislativa as obstruções que fazíamos, votamos a LDO, sinalizando ao governo que queríamos o diálogo.

Infelizmente, naquele momento o governo não soube aproveitar a oportunidade e discutir com os professores o piso de R\$712,00, que depois aconteceu. Além disso, não soube colocar esse piso na carreira. Se naquele momento tivessem dito ao Sind-UTE que o governo faria as conversações em torno disso, a greve acabaria em julho. Entretanto, naquele momento a intransigência venceu e o bom-senso não prevaleceu, embora nós, da Oposição, naquele dia tivéssemos votado tudo o que o governo queria votar, até mesmo a LDO. É bom lembrarmos esse momento.

Naquele dia perdemos a oportunidade de a greve ter tido outro encaminhamento, de maior diálogo, de menos atrito. Como isso não aconteceu, era óbvio que o atrito aconteceria. No regime democrático é assim: as greves existem em momentos de maior colisão. É do sistema democrático, Deputado Carlin. Quando há conflito, alguém deve tentar buscar um consenso. É o papel do parlamento. Infelizmente, vi muito Deputado querendo o confronto, até mesmo pedindo ao Presidente que o fizesse, que retirasse o acordo, que o nosso Parlamento e o nosso Plenário são santos, como se as coisas estivessem descoladas da realidade política. Ora, no momento de atrito, busca-se o consenso, e acho que isso foi feito. Parabenizo o Presidente por isso.

Em momento nenhum me arrependo de ter feito a defesa de uma professora, e não aceito a pecha de ter sido violento na defesa dela. Se alguém deve vir aqui e fazer a autocrítica, é o Secretário desta Casa, que queria retirar a professora e chamou o segurança para fazê-lo. Diga-se aqui a verdade. Quando cheguei lá, por ordem do Secretário o segurança estava pronto para retirar a professora e iria fazê-lo, porque tinha ordem para isso. A professora estava neste Plenário aos prantos, Deputado Gilberto. Simplesmente não poderia permitir que uma professora convidada por mim, como qualquer Deputado convida e coloca do lado de fora quem quer, e sempre fizeram isso, fosse retirada naquele momento porque defendia o pressuposto da greve e, portanto, não poderia ser admoestada como estava sendo. Por isso, não me arrependo da defesa que fiz. Ontem, a professora me agradeceu. Somente ontem, pois sequer a conhecia. Foi um gesto de quem defendeu alguém que estava em minoria, que estava indefesa, sendo posta para fora deste recinto. Digo e repito: todo Deputado coloca pessoas neste Plenário. Jamais isso teria acontecido. Agora, depois do ocorrido, vemos que se

estabeleceu uma regra. Entretanto, essa regra não havia sido comunicada a ninguém, muito menos a mim. Não me arrependo. No que diz respeito ao segurança, pedi desculpas a ele, porque poderia, sim, ter chegado de maneira mais calma. Fiz isso pessoalmente e publicamente.

De forma nenhuma; não me arrependo de ter feito a defesa da professora, pois estava sendo admoestada, sim, estava sendo ameaçada de ser retirada deste Plenário. Era uma professora indefesa, fraca, que chorava, que há vários dias estava aqui. Não me arrependo, e agradeço, Deputado Durval Ângelo, pela compreensão do ato e do gesto que fiz. Tenho certeza de que vários Deputados fariam da mesma forma.

Sr. Presidente, queria apenas reiterar que nesta Casa acabou prevalecendo o diálogo. Vejo hoje muito rancor, vejo alguns Deputados rancorosos achando ruim o resultado da negociação, que veio a contento, em vez de comemorar a negociação dos professores com o governo. Mesmo que fiquem diferenças de período, de avaliações, o resultado de ontem foi muito satisfatório.

Terminamos um processo e entraremos no período de negociação. Deputado Gustavo, V. Exa. nos ajudou muito no intuito do diálogo. Com o Deputado Luiz Humberto Carneiro e a comissão aqui instaurada, teremos agora a busca do diálogo, estabelecida com o governo. Não era isso o que queríamos? Isso deve ser comemorado. Deputado João Leite, esqueça-se do rancor e abra um pouco o coração. Esse rancor não nos levará a conquistas. Sinceramente, a comissão deve vir com esse espírito. Concedo aparte ao Deputado Romel Anízio.

O Deputado Romel Anízio (em aparte)\* - Caro Deputado, sem sombra de dúvida, vários deram realmente a sua contribuição e o seu sacrifício para o encerramento da greve e tiveram prudência e equilíbrio. No entanto, até agora, não vi ninguém destacar o equilíbrio, a sensatez e a paciência do nosso Presidente Dinis Pinheiro. Lanço aqui um desafio. Poucos Presidentes e poucos de nós teriam a prudência e o equilíbrio que teve o Deputado Dinis Pinheiro. Da minha parte, rendo-lhe meus cumprimentos pelo equilíbrio que teve na condução dessa greve. Além disso, é com grande competência que dirige a nossa Casa de Leis. Caro colega, Deputado Rogério Correia, era apenas o que queria dizer.

O Deputado Rogério Correia\* - Muito obrigado, Deputado Romel Anízio. Concordo com V. Exa. Hoje, por duas vezes, elogiei o Presidente da Assembleia por sua atitude – aliás, uma atitude difícil, porque o Regimento Interno da Casa tem os seus pressupostos, mas isso acontece. Em momentos em que há conflitos, é melhor a prudência e o diálogo do que a ação imediata da repressão. Portanto, concordo com V. Exa., pois o Presidente soube compreender isso. Corroboro com o Presidente e concordo também com a sua atitude corajosa, atitude de quem soube ser um líder num momento tão importante como este.

Sr. Presidente, o Deputado João Leite queria um aparte. Então lhe concederei.

O Deputado João Leite (em aparte) - Sr. Presidente, quero falar pelo art. 164. Deputado Rogério Correia, V. Exa. me chamou de rancoroso. Portanto me defenderei de acordo com o Regimento Interno. Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia\* - Deputado João Leite, em relação a V. Exa., o sentido dessa palavra não foi em momento algum de ser...

O Deputado João Leite (em aparte) - O sentido é esse. Entendo português.

O Deputado Rogério Correia\* - Apenas peço a V. Exa. que...

O Deputado João Leite (em aparte) - Falo português também.

O Deputado Rogério Correia\* - Certo. Se V. Exa. se sentiu ofendido, peço-lhe desculpas. Não foi esse o sentido. Apenas estou chamando...

O Deputado João Leite (em aparte) – Então, Deputado Rogério Correia, aceito a concessão do aparte e aproveito o momento para dizer que, primeiro, o Deputado Durval Ângelo considera que V. Exa. usou um chicote e deveria tê-lo usado mesmo. Aqui está a nota de repúdio do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa contra o ato de V. Exa.

“Nota de Repúdio. Sindalemg. O Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais vem a público repudiar a lastimável e inadmissível agressão praticada pelo Deputado Rogério Correia contra o servidor Rodrigo Azevedo Sanches. O fato ocorreu no dia 22 de setembro último, quinta-feira, no Plenário da ALMG. A agressão é inadmissível porque ocorreu na sede do Parlamento mineiro, local onde deve prevalecer o diálogo, a despeito de qualquer contrariedade, e lastimável, porque foi cometida contra um servidor no exercício regular de suas atividades funcionais. O Policial Legislativo Rodrigo Sanches tem como função oferecer proteção aos Deputados para o exercício da atividade parlamentar.

Assim lamentamos que atos dessa natureza possam ocorrer no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Diretoria do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.”

Portanto, não é rancor, mas apenas constatação e defesa de um Policial Legislativo da Assembleia Legislativa, desarmado e que historicamente cuida da nossa segurança. É isso o que disse. Não existe rancor da minha parte, até porque a foto de todos aqueles que V. Exa. tacha de rancorosos e não rancorosos já está espalhada por Minas Gerais, como quem tivesse votado a favor do projeto que acabou com a carreira dos professores. Até a minha foto é de 1995. O pessoal já até me ligou para elogiar, dizendo que estou muito novo. Então os rancorosos e os não rancorosos tachados por V. Exa.... Quero até retornar à questão da quebra. Devemos tratar uns aos outros de outra maneira.

Sr. Presidente, queria até que fosse transcrita para os anais da Assembleia Legislativa essa nota de repúdio do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa, que, aliás, entregarei à taquigrafia. Obrigado pelo aparte, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia\* - Por nada, Deputado João Leite. Peço ao Presidente que, como essa nota será transcrita, amanhã eu traga também a nota do Sind-UTE, agradecendo-me por ter protegido a professora que estava aqui, indefesa, para ser retirada pelos seguranças a mando do Secretário desta Casa. Farei com que essa nota de agradecimento do Sind-UTE também seja registrada, assim como a da própria professora. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, quero deixar explicitada a posição da nossa bancada, PT e PCdoB, no que diz respeito à Proposição de Lei nº 20.487. Quando esse projeto do Tribunal de Contas chegou a esta Casa, a nossa bancada teve o cuidado de fazer

um amplo debate, até mesmo com o Presidente e os técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. O que ficou demonstrado para a nossa bancada é que o Tribunal de Contas, por meio desse projeto de lei, propôs uma modernização do Tribunal e, para isso, alterava a sua estrutura. O Tribunal argumentava sobre a necessidade de ter uma estrutura mais ágil e mais moderna para um melhor funcionamento. A nossa bancada, Sr. Presidente, foi convencida da justeza do projeto, e votamos favoravelmente a ele em primeiro e segundo turnos, salientando alguns aspectos fundamentais. O Tribunal queria criar alguns cargos de assessoramento, nos moldes dos que há aqui na Assembleia Legislativa. Em relação a alguns cargos específicos, concordamos que pudessem ser ocupados por servidores de recrutamento amplo, servidores escolhidos pelo titular do Tribunal. Em relação a outros, na nossa compreensão - aliás, deixamos isso bem claro durante a tramitação do projeto -, deveriam ser ocupados por servidores de carreira, efetivos, concursados. Assim, Sr. Presidente, o projeto foi votado. Entre os cargos criados estão o de Supervisor de Segurança e o de Supervisor de Tecnologia da Informação.

Na tramitação do projeto, compreendemos que esses dois cargos, por serem eminentemente técnicos, deveriam ser ocupados por servidor de carreira, servidor efetivo, servidor concursado. Analisemos o exemplo concreto de um servidor de segurança. Nesta Casa Legislativa, o supervisor de segurança é concursado, de carreira, efetivo. Todo o nosso corpo de segurança da Polícia Legislativa, que foi até objeto de alguns debates mais cedo aqui, às vezes com posições até meio exageradas, é composto por servidores concursados, efetivos. Não são pessoas indicadas por uma Deputada ou por um Deputado. Da mesma forma, todos os jornalistas da TV Assembleia são concursados, efetivos. Votamos o projeto para que os cargos de Supervisor de Segurança do Tribunal de Contas e de Supervisor de Tecnologia da Informação sejam, da forma como foi votado, ocupados por servidores de carreira, efetivos, concursados.

Pois bem, o governo vetou o artigo no que diz respeito a esses dois cargos. Ele disse que os cargos de Supervisor de Segurança e de Tecnologia da Informação podem ser ocupados por uma pessoa indicada por Conselheiro do Tribunal de Contas. Não concordamos com esse veto, Sr. Presidente, e encaminhamos a votação pela sua derrubada porque achamos que esses cargos, cuja remuneração girará em torno de R\$9.400,00, devem ser ocupados por servidores de carreira, por efetivos. Alguns outros cargos, como Chefe de Gabinete, Assessor Pessoal de Conselheiro, tudo bem, são cargos que têm a ver com relação de confiança, de fidedignidade. Esses cargos podem ser ocupados com o recrutamento amplo, como está previsto no projeto aprovado em 1º e 2º turnos. Mas não achamos correto, Sr. Presidente, autorizarmos que os cargos de Supervisor de Segurança e Supervisor de Tecnologia da Informação do Tribunal, que são cargos eminentemente técnicos, sejam ocupados por servidor indicado, por servidor de recrutamento amplo.

Devemos dar o bom exemplo. O Brasil, especialmente nos governos Lula e Dilma, aumentou muito, sem dúvida nenhuma, o número de servidores públicos. Às vezes os críticos dos governos Lula e Dilma dizem que esses Presidentes aumentaram demais o número de servidores públicos, mas se esquecem de dizer que o que aumentou foi o número de servidores concursados, efetivos, servidores que se submeteram a concurso público. É assim que se constrói um Estado verdadeiramente democrático e republicano. Não devemos ficar aqui enchendo a máquina, fazendo a máquina crescer, como às vezes acontece em alguns lugares, por meio dos indicados pelo titular da pasta.

Então, encaminhamos pela derrubada do veto porque entendemos que esses cargos são importantes para o Tribunal, sem dúvida nenhuma, mas devem ser ocupados por servidores efetivos, concursados, de carreira.

Queremos também registrar, Sr. Presidente, que os dois vetos que estiveram na pauta nos últimos 15 dias cumpriram papel importantíssimo. Graças à tramitação desses vetos, abrimos as janelas e portas para negociação do processo de greve dos professores da rede estadual, o que foi importantíssimo. Hoje vi aqui pessoas com pedras na mão, com dinamites, granadas. Hoje não é dia de comemorar a granada, a pedra, a dinamite; hoje é dia de comemorar pontes. Ontem o que a Assembleia Legislativa construiu foram pontes. Foi só por meio delas, do diálogo e da negociação que obtivemos um grande resultado. Quando se dialoga, quando se reabre a negociação, todos saem ganhando, mesmo que não ganhem tudo.

Todos saíram ganhando com a negociação realizada pelos construtores de pontes: Deputado Rogério Correia, Deputado Luiz Humberto Carneiro e Presidente Dinis Pinheiro. Esse é o papel do Parlamento. O que o povo quer de nós é que sejamos bons Deputados. Não precisamos ser Juizes, nem julgarmos atitude de ninguém. O papel do Deputado não é julgar o comportamento de A ou de B, nem dar lição de moral a quem quer que venha a esta Casa. Não é esse o papel do Deputado. Se alguém aqui quiser ser Juiz, que faça concurso para magistrado. O nosso papel é desempenhar bem a função do Legislativo, a função desta Casa pública, que não é propriedade privada, nem domicílio, como ouvi alguns dizerem aqui. Esta Casa não é domicílio de ninguém, é uma Casa pública, e papel de Deputado é votar e fazer boas leis.

Encaminhamos pela derrubada do veto, porque achamos que cargos técnicos do Tribunal de Contas do Estado devem ser ocupados por servidores de carreira, concursados e efetivos. Foram esses os termos do acordo com o Tribunal de Contas. Fomos favoráveis à modernização, sim, do Tribunal de Contas do Estado. Queremos que o Tribunal de Contas do Estado tenha mais agilidade no julgamento dos processos que precisam ser julgados. Esperamos que ele tenha uma assessoria de qualidade. No entanto, não concordamos com a possibilidade de o Tribunal de Contas virar cabide de empregos dos Conselheiros. A nossa bancada não concorda com isso, e quem não é a favor de cabide de empregos deverá votar pela derrubada do Veto à Proposição de Lei nº 20.487. Esse é o nosso encaminhamento, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* – Deputados Dinis Pinheiro, ilustre Presidente, e Rogério Correia; ilustre Deputado Alencar da Silveira Jr., ontem, durante aquela histórica assembleia geral dos professores da rede estadual de Minas Gerais, mais uma vez a Profa. Beatriz Cerqueira demonstrou sua capacidade de liderança e sua grandeza pedagógica. A assembleia durou quase 10 horas, enquanto transcorriam as negociações com o governo e com a comissão que estava com o Deputado Luiz Humberto Carneiro, Líder do Governo, e os Deputados da Oposição, em um processo de discussão com o Secretário Danilo de Castro para fechar o termo de compromisso. A Profa. Beatriz Cerqueira, ao reabrir a assembleia, reafirmava pontos fundamentais. Primeiro, ela lembrava que, desde a primeira hora, Deputado Rogério Correia, o motivo da greve dos professores, motivo esse que jamais foi alterado, é a defesa do piso nacional, com respeito ao plano de carreira dos professores do Estado. Naquela época, a assembleia foi decisiva. Quem é sindicalista e



conduz processo de greve sabe que um dos momentos mais difíceis desse processo é o de deliberar, em uma assembleia, pela suspensão ou não de uma greve, porque isso exige toda a compreensão e a habilidade da liderança sindical. A Beatriz lembrava que o rumo da greve nunca havia sido perdido: a defesa do piso salarial. Ela pedia, naquele momento, a unidade da categoria, e isso foi compreendido, com muita força, pelos professores. Além disso, solicitava que as pessoas não se deixassem contaminar pelas intrigas de que eventualmente todo movimento pode ser vítima. Há pessoas que querem contaminar e dificultar o movimento.

A categoria de professores mostrou que eles estavam ali firmes, coesos e sem perder a perspectiva de que a greve foi pelo piso salarial e pelo respeito à carreira. Foi muito bonito aquilo, porque víamos ali professores de diversas regiões do Estado. Havia lá, Deputado Rogério Correia, em todas as assembleias, professores do Conservatório de Música de Ituiutaba. Eles compareceram a todas as assembleias. Os professores de Montes Claros e da minha pequenina Virgolândia estiveram em todas as assembleias, mostrando que a luta envolvia o conjunto dos professores do Estado de Minas Gerais, com todas as dificuldades que eventualmente pudessem decorrer da greve.

Especialmente ontem, também percebemos ali muita firmeza. A sociedade civil organizada esteve presente para prestar solidariedade aos alunos e aos movimentos sociais. Isso é legítimo, plenamente legítimo em uma sociedade democrática e é o que faz a grandeza do movimento histórico dos professores. Sem dúvida, a greve poderia ter demorado menos, mas não foram os professores os responsáveis pelo recorde da greve mineira de 112 dias. Uma vez alcançados seus objetivos, com a reabertura das negociações, quais fatos ocorreram? Cessaram a greve de fome, desocuparam o Plenário, sempre de forma muito civilizada e respeitosa, porque eles faziam uma jornada cívica, e não, um ato de vandalismo ou invasão.

Percebe-se a grandeza da figura do nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, por tantos títulos justos que lhe foram concedidos. Eu lhe daria mais um, e V. Exa. teria um papel adicional, o de Rei Salomão, porque soube conduzir a situação com sabedoria e equilíbrio. Acima de tudo, soube agir com a sabedoria e com a equidade que o cargo lhe exige. V. Exa. sempre foi um intermediador, e isso reforçou a comissão de negociação. Ontem restou comprovado aquilo que todos nós, de bom-senso, já sabemos: o melhor caminho é o diálogo, a negociação, o consenso. O trunfo maior que o movimento de ontem conquistou foi a reabertura da negociação.

Sr. Presidente, o que queremos é continuar ressoando nesta tribuna e fazendo apelo às Deputadas e aos Deputados: não nos iludamos! A nossa missão, enquanto parlamentares, não acabou. Muito pelo contrário, ela começa agora. Ao invés de ficarmos fazendo discurso que não contribui para a unidade, como aquele que mostra sentimentos feridos, devemos nos ater ao termo de compromisso firmado ontem pela categoria dos professores em assembleia, representada pelo seu Sindicato, Sind-UTE, e pelo governo do Estado de Minas Gerais. Eles contarão com a comissão de negociação, da qual farão parte seis Deputados desta Casa.

O acordo celebrado é muito claro e é para o pagamento do piso nacional, para a adequação do vencimento básico da carreira dos professores. Corrijo: adequação do vencimento básico das carreiras da educação, porque não abrange apenas o magistério. Pelo termo de compromisso, a adequação do vencimento básico se dará para os professores, mas também para os especialistas da educação e os auxiliares. A adequação é para as diversas carreiras – no plural – da educação em Minas Gerais. Vamos adequar o vencimento básico observando as diversas gradações da carreira, as diversas modalidades, níveis 1, 2, 3, 4, 5, 6, de acordo com a graduação - nível médio, licenciatura plena, mestrado, doutorado. Adequa-se o vencimento básico de acordo com a graduação do profissional. Ficou estabelecido que a recomposição plena nas letras se dará de 2012 a 2015. Portanto, nós, Deputados, por meio dessa comissão e de um projeto de lei que deverá ser votado por esta Assembleia, teremos de fazer a previsão, estabelecer as regras, dizer os prazos e determinar quais níveis serão quitados primeiramente.

Acima de tudo, concordo com o que foi dito aqui, isto é, que precisamos apontar a fonte do financiamento, apontar a origem do orçamento. Não tenho dúvida quanto a isso. Há um impacto sobre o orçamento do Estado, e temos a obrigação, enquanto legisladores, de encontrar as fontes, em vez de ficar discutindo o sexo dos anjos, brincando de “videogame”, de Atari. Aqui não é “Guerra nas Estrelas” para um ficar atacando o outro, e, sim, um parlamento.

Temos de indicar as fontes e estabelecer os prazos. A comissão, que terá muito trabalho, começará a funcionar a partir de amanhã, quinta-feira, na mesma data em que os professores e os trabalhadores da educação retornarão às suas atividades. Como a assembleia acabou ontem praticamente depois da meia-noite, vários professores que são do interior ainda precisavam pegar estrada para chegar às suas localidades. Ficou acertado o retorno efetivo das aulas a partir de amanhã.

A comissão terá um trabalho árduo para apontar ao Plenário as orientações sobre, por exemplo, como ficará a situação funcional dos dias parados, a anistia desses dias para que o professor não fique prejudicado na sua progressão de carreira. Um papel da comissão é a apresentação da anistia para os professores que estiveram nessa luta histórica dos 112 dias de paralisação. A comissão também terá de se debruçar, junto com o Sindicato, para estabelecer um calendário de reposição das aulas que observe o direito dos alunos a uma reposição de qualidade, a uma reposição que, além de repor a carga horária, reponha também o conteúdo e garanta ao mesmo tempo o direito do professor ao salário por essa reposição. A comissão terá também essa tarefa.

A comissão ainda debaterá temas atinentes a outras questões, por exemplo, as relativas ao subsídio, que também foi objeto do termo de compromisso. Não é o ponto central da questão, porque a carreira é o que mais nos preocupa.

Sr. Presidente, ontem prevaleceu o bom-senso, prevaleceu aquilo que se espera de um parlamento. O parlamento tem justamente o papel de intermediar o diálogo, tem o papel de apontar as saídas. Nessas horas, Sr. Presidente, não precisamos de incendiários. Muito pelo contrário. Ficamos aqui, na Casa, quase um mês, botando lenha na fogueira – alguns, nem todos. Foi preciso que entrassem os bombeiros de plantão. As nossas questões partidárias, as nossas divergências, as nossas preferências partidárias, de lideranças políticas, não interessam aos professores. Não é isso. Os professores estão preocupados porque, durante 30 anos na história deste país, eles não foram valorizados, e assim não haverá país moderno e rico. País rico e sem pobreza para mim é país com educação, com professor. Não haverá um país rico se não houver valorização do professor. E hoje ele tem um instrumento fundamental. Nunca antes na história deste país houve uma lei que estabelecesse o piso, o respeito à carreira. Por que razão, por qual ótica, por qual lógica possível os professores abririam mão desse direito?



E não é só em Minas. Como muito bem lembrou o Deputado Elismar Prado mais cedo, essa é uma questão que permeia todos os Estados da Federação. Os professores estão corretíssimos em cumprir essa função, em ter feito esse movimento cívico, essa paralisação cívica. Todos aqueles que intermediaram a negociação, que serviram como construtores de pontes para a solução estão de parabéns.

Com muito prazer, concedo um aparte ao ilustre sindicalista Luiz Carlos Miranda, grande Deputado da nossa Casa.

O Deputado Luiz Carlos Miranda (em aparte)\* - Deputado Carlin Moura, estou observando atentamente a sua preocupação. Quando o Senador Cristovam Buarque, do PDT, idealizou o piso nacional do salário da educação, deu isso como o começo, mesmo sabendo que o piso nacional da educação de R\$1.118,00 é muito baixo, muito pequeno, pelo que representam os educadores para o futuro deste país. Vejo que, neste momento em que os ânimos começam a se assentar, começamos a trabalhar a quatro mãos, para que possamos ter no Estado de Minas um salário dos educadores diferenciado do resto do Brasil, porque o que foi apresentado pelo Senador Cristovam Buarque, do PDT, é só a referência, o princípio.

Penso que os Deputados, durante o período do movimento grevista, deram uma demonstração inequívoca do comprometimento com a educação no Estado de Minas Gerais. Tenho conversado isso com o Prof. Anastasia, que tem sofrido muito porque não tem encontrado alternativas. Mas agora me parece que uma luz saiu no fim do túnel. Acho que agora vamos rediscutir esse processo. Penso que a Assembleia tem um papel importante, como foi o papel do Presidente Dinis Pinheiro na reabertura das discussões, porque a educação tem que ser tratada de forma diferenciada do resto das questões do Brasil.

Parabéns pelas suas preocupações. Penso que, a quatro mãos, precisamos construir um projeto que valorize os educadores deste país. Parabéns.

O Deputado Carlin Moura\* - Só para concluir, Sr. Presidente, quero agradecer o aparte do ilustre Deputado Luiz Carlos Miranda. O Senador Cristovam Buarque é um exemplo para todos nós. Temos a riqueza chamada pré-sal, e, outro dia, ele dizia que o pré-sal pode acabar em 30, 50, quem sabe 100 anos, mas acabará. Se essa riqueza, esse patrimônio for investido em educação, jamais o País perderá. Então, investir em educação é fundamental, especialmente investir no professor, porque não há qualidade da educação sem qualidade do professor e sem condições de trabalho para o professor.

Para concluir mesmo, Sr. Presidente, quero, de público e de forma simbólica, fazer um agradecimento a todos aqueles que ajudaram a construir as pontes para o diálogo, para a negociação.

Primeiramente, parabenizo o Sind-UTE, na pessoa da Presidente, Beatriz Cerqueira, e todos os professores que fizeram essa luta maravilhosa. Parabenizo, também, o nosso Líder, Rogério Correia, que teve um papel fundamental nessa greve. Parabenizo V. Exa., Deputado Dinis Pinheiro, que teve papel magistral, digno de Presidente de Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Parabenizo o Líder do Governo, Deputado Luiz Humberto Carneiro, que foi decisivo. Agradeço, de público, pela maturidade, pelo equilíbrio do Secretário Danilo de Castro, na condução das negociações. Também de público, agradeço e parabenizo o Governador Antonio Augusto Anastasia pela sensibilidade. Acho que é assim que se constroem as saídas. Estamos aqui para construir saídas e não para arrumar problemas.

Parabéns aos professores. Continuamos atentos. A questão não está resolvida. Ainda há muito trabalho aqui nesta Casa, que é fazer com que a lei garanta o piso com respeito à carreira. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes, telespectadores da TV Assembleia.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de ocupar a tribuna para também, assim como fez muito bem o Deputado Carlin Moura, fazer uma reflexão mais calma do fato e homenagear algumas pessoas que acho que ainda não foram homenageadas no final desse período tão tenso da greve dos professores, que teve, na Assembleia Legislativa, talvez o palco principal da solução, mas, durante muito tempo também, o do conflito. Foi aqui que passamos parte do 1º semestre, até antes do encerramento do mês de julho, com os professores solicitando de nós, Deputados, apoio, e tentávamos, por meio da obstrução, sensibilizar o governo do Estado. Tentamos o acordo, ainda no mês de julho, e, depois, quando o projeto para cá veio, retornamos, para a Assembleia Legislativa, o palco principal das negociações dos professores. Isso já foi citado. Já elogiei a postura de V. Exa., de Deputados nossos, do Bloco Minas sem Censura, PT, PCdoB, PMDB, também de Deputados da base do governo que buscaram essa possibilidade de acordo. Enfim, acho que isso nós fizemos.

Queria, ainda, homenagear os professores na figura de algumas pessoas. Primeiramente, quero homenagear a Profa. Beatriz. A Bia teve, durante esse período, - e em nome dela parabenizo e faço uma saudação a todo Sind-UTE, à sua diretoria e ao conjunto dos professores - uma condução muito segura da greve, muito firme, mas, ao mesmo tempo, muito paciente. Ela teve uma postura que, embora de firmeza, não promoveu ataques pessoais a ninguém, nem sequer ao governo, colocando à frente do processo as reivindicações históricas que os professores externavam, durante todo o período. Nessa ocasião, o Sind-UTE tinha duas preocupações básicas: o reconhecimento do governo e o pagamento do piso, conforme lei federal, e que esse pagamento se desse por meio do respeito à carreira dos professores. Durante todo o período foi essa postura que o sindicato teve. A Profa. Beatriz se conduziu com muita firmeza nesses pressupostos. O Deputado Luiz Carlos Miranda, que é também sindicalista, sabe das dificuldades que é dirigir um movimento sindical, em especial uma greve. E a Profa. Beatriz o fez com muita altivez, muita firmeza, mas, ao mesmo tempo, com muita ternura com a própria categoria, com os seus aliados e com aqueles que puderam apoiar a greve. Foi a partir da sua liderança que o movimento sindical e social se uniu e se espelhou no movimento dos professores como a esperança de uma luta pela melhoria da educação. Por meio dela, a luta passou a ser não apenas a luta específica da categoria. Em torno dessa bandeira da educação, uniram-se estudantes, professores universitários, trabalhadores de outras categorias e sindicatos.

Quero parabenizar a Profa. Beatriz. Sem erro algum, diria que ela é a maior liderança sindical que despontou nos últimos anos no Brasil. A Bia merece nossa homenagem da tribuna da Assembleia. Homenageio ainda a Profa. Alzira, que simbolizou o rosto da greve ao mostrar o seu contracheque com o salário de R\$369,00, possibilitando desvendar a verdade, ou seja, mostrar que o piso era muito baixo, que R\$369,00 eram indefensáveis. Isso fez com que o governo enxergasse a necessidade de se mexer. O contracheque da Profa.

Alzira foi fundamental no período da greve para mostrar que não adiantava dizer que a greve era política, que tinha fundo ideológico, porque a razão estava com as professoras. Homenageio ainda o Bidu, meu amigo e companheiro da Secretaria e da Superintendência de Educação de Varginha, e a Marilda, nossa brava guerreira, que ficaram em greve de fome aqui na Assembleia num momento difícil. Até isso trouxe paz e a esperança de que havia vontade absoluta da categoria, e a certeza de que a fome era menor do que a necessidade de abrir o diálogo e a discussão. Casos como o da Profa. aposentada Marilda e do Prof. Bidu foram fundamentais nesse processo. Homenageio também a Profa. Aline Guerra, que, durante esse período, pôde mostrar como os professores estavam indignados com a situação. Daqui do Plenário e aos prantos, chamou a atenção de todo o Estado de Minas Gerais para a situação de tensão e a necessidade de negociação. Talvez, se não tivesse havido esse episódio na Assembleia Legislativa, não tivéssemos chamado a atenção para a resolução do problema. A Profa. Aline Guerra merece ser tratada com respeito por esta Casa por tudo o que significou. Enfim, homenageio os professores que tiveram a perseverança de buscar uma negociação por 112 dias.

Quero ainda falar do futuro, assim como o Deputado Carlin Moura. A negociação feita ontem, que culminou com a suspensão da greve, ainda é parcial. Nem todos concordam com isso. Alguns professores votaram pela continuidade da greve, achando que não ganharam nada, que ainda havia sensação de derrota; mas a imensa maioria, mesmo compreendendo a insuficiência da proposta, optou por retornar ao serviço por uma série de fatores, desde o cansaço até a observância de que os próprios alunos não suportavam mais a situação. Além disso, a sociedade pedia uma solução. Alguns sentiram confiança na palavra do governo, embora não se possa muito acreditar nela, não por causa do Prof. Anastasia, mas pelo que vem acontecendo em relação aos movimentos grevistas de modo geral. O fato é que a maioria dos professores saiu daqui convencida de que houve uma vitória parcial, que precisa realmente se concretizar, Deputado Gilberto Abramo. Essa não é a vitória salarial dos professores apenas, mas a esperança de um sistema educacional melhor. É isso o que está em jogo.

Chamo a atenção da comissão de negociação formada por seis Deputados Estaduais, três Secretários de Estado - Educação, Planejamento e Governo, que tem uma visão mais política - e o próprio Sindicato. Serão dias de trabalho em que poderemos apontar para a sociedade uma melhoria real no sistema educacional mineiro, que parte do pressuposto evidente de melhoria no sistema salarial no Estado de Minas Gerais. Serão dias importantes que precisam ser construídos.

O governo reconheceu que não era mais possível debater o assunto desconhecendo o direito legal, federal - do Supremo Tribunal Federal - dos professores de receberem o piso.

Portanto, esse passou a ser um assunto encerrado. O governo demorou a sentir que isso aconteceria. Todo o mês de julho passou, e não é verdade que, em julho, existia essa proposta. Não; demorou-se muito, esperou-se publicar acórdão. Aconteceram vários erros, e insistimos em fazer o acordo antes que o acórdão fosse publicado, pois era aquilo que votaram os Ministros do Supremo. E assim acabou acontecendo. Ou seja, perdemos meses preciosos de greve, quase dois meses, em que se esperava a publicação do acórdão, o que finalmente aconteceu. Somente depois disso, o governo foi obrigado a reconhecer o piso. Isso aconteceu apenas em agosto, sendo que poderíamos ter avançado antes nessa questão. Não é verdade - e o Deputado Carlin sabe disso - que em julho havia uma proposta igual à de agora. De forma alguma! Em julho não havia sequer a concordância do governo sobre o pagamento do piso. Isso aconteceu apenas em agosto, em reuniões com o Ministério Público, em que se reconheceu que o piso existia como lei. Aí, sim, colocaram-se os R\$712,00.

Por pirraça, o governo disse que os R\$712,00 serviria para todos, sem a observância da carreira. É evidente que os professores não abririam mão daquilo que conquistaram com anos de profissão, dando aulas, fazendo cursos. Desta tribuna citei o exemplo da minha mãe, pois queria homenagear os aposentados em seu nome, que fez o curso de Letras depois de formar todos os filhos, pois queria também, além de ter uma melhor qualificação, subir na carreira. Como ela abandona a ideia de ser professora licenciada em Letras e recebe o mesmo que recebia antes, com licenciatura em ensino médio? Não poderia o sindicato aceitar que o projeto fosse votado aqui com esse erro crucial, da não observância da carreira. Essa foi a grande conquista do dia de ontem, quando o Secretário Danilo de Castro, consultando o Governador - e o Deputado Carlin estava lá, pois saiu de uma reunião conosco e foi até o Governador -, voltou e disse que estava acordado, que o Governador aceitou e que era preciso, sim, que a carreira tivesse a ascensão por meio do que chamamos de reposicionamento dos professores por meio do piso. Esse reconhecimento foi fundamental. Ainda não foi possível avançar, e aí aponto para o futuro na linha que o Deputado Carlin abordou. Ainda não foi possível avançar com relação a quando, com qual recurso, o que discutiremos agora. Entretanto tenho confiança de que a palavra do Governador foi para que tentássemos resolver isso.

Pela primeira vez, Minas Gerais entrará na conta do Fundeb, com os repasses do Fundo Nacional da Educação. Pela primeira vez, Minas estará entre os 10 Estados que receberão repasses do Fundeb, conforme o Ministério do Planejamento. Isso nos dá a oportunidade de obter mais recursos e de fazer a solicitação de outros recursos do fundo nacional. Portanto é nessa linha que deveremos trabalhar. O Deputado Adelmo tem trabalhado na linha de renegociação da própria dívida do Estado, dívida esta negociada na época de Fernando Henrique Cardoso com o ex-Governador Azeredo e que hoje não nos serve mais. No passado ela foi feita de maneira errada e agora, certamente, precisa ser rediscutida. A Presidente Dilma tem acenado com uma discussão a esse respeito. Temos discussões feitas nesta Casa há muito tempo sobre a questão do "royalty" do minério. Hoje, como o Senador Aécio Neves estava sumido, o Estado de Minas resolveu trazer esse assunto à baila, mas debatemos o "royalty" do minério nesta Casa há muito tempo. Essa é também uma possibilidade a ser discutida.

No final deste mês, chegará a esta Casa a planilha da Lei de Responsabilidade Fiscal, que mostrará que apenas 41% - é mais ou menos esse número - estarão comprometidos com o pagamento da folha. Portanto, o índice está muito longe dos 48% do limite prudencial, o que atesta a possibilidade de negociação. Creio que agora temos um trabalho a fazer no que se refere à negociação. Há condições, sim, de avançar, mas foi fundamental... Deputado Carlin Moura, há também o pacote tributário, que deve ser votado. Podemos até mesmo analisá-lo de forma mais rápida. Abriu-se uma possibilidade de discussão desse assunto nessa comissão, mas também não seria possível que isso tivesse como foco a educação, se os professores não a tivessem colocado como prioridade do Estado, nem que fosse na marra. Como dizia às vezes, o piso sai nem que seja na marra.



Essa é uma forma de luta, pois, se a prioridade não foi estabelecida por meio simplesmente do processo eleitoral, há outros mecanismos democráticos na sociedade, inclusive a greve. Na verdade, a greve é não somente um momento de confronto, mas também um mecanismo no sistema democrático no qual aqueles que não se sentem atendidos usam determinada forma de luta, que também é justa. Aliás, são aqueles que recebem menos, os oprimidos e os trabalhadores. Foi isso que aconteceu nesse sistema.

Finalizo minha fala solicitando à Secretária de Educação que tenha mais humildade no trato dessa questão. Depois que terminou a greve, dar, logo de manhã, uma coletiva para a imprensa dizendo que o movimento acabou por inanição e negar o acordo que fez o Secretário não contribui em absolutamente nada. Isso radicaliza o processo. O que temos de fazer agora é o contrário, ou seja, reconhecer que foi dada uma pausa, uma tregua, para se tentar buscar o diálogo. Todos deveríamos trabalhar nessa linha. O nosso bloco de Oposição, PT-PCdoB, assim como o PMDB, que não está mais no Bloco Minas Sem Censura, mas, sim, no Movimento Minas sem Censura, irá com esse espírito. Tomara que o espírito do governo não seja agora de retaliação, amargura nem rancor pelo acontecido, mas, sim, de construção de uma proposta futura. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Evidentemente quero agradecer às manifestações de aplausos inerentes à minha pessoa. Deputados Gilberto Abramo, Rogério Correia e Carlin Moura, digo que sou um escravo eterno do diálogo e sempre utilizarei esse instrumento na consecução de buscas de soluções para os problemas que porventura se revelarem à nossa frente. Digo aos senhores e às senhoras que felizes não são aqueles que não têm problemas, mas os que sabem lidar com eles.

Reafirmo aqui, publicamente, que foram momentos muito tensos. Quero reverenciar o conjunto de todos os Deputados e Deputadas desta Casa. Logicamente, tive a oportunidade de avocar reflexões desses e sempre sugestões valiosas, construtivas, consistentes, sensatas e que primaram pela busca permanente e efetiva do diálogo. Sem dúvida nenhuma essa obra que hoje todos estão comemorando foi e é oriunda dessa participação harmônica, responsável, patriótica e solidária de todos os Deputados e todas as Deputadas desta Casa, sejam da Situação, sejam da Oposição. Feliz o Estado que possui homens e mulheres de bem como estes aqui que representam os mineiros e as mineiras.

Portanto, como Presidente do Parlamento, por obra e generosidade dos senhores e das senhoras, reafirmo o meu aplauso e reconhecimento de muito esforço, aplicação, dedicação e entrega – aliás, de entrega pessoal – para que, ao lado do governo de Minas, pudéssemos... Aí vale a pena registrar a participação do Secretário Danilo de Castro, do nosso Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e do nosso querido Governador Anastasia. Todos estão caminhando com um único objetivo: edificar aquele ambiente de paz desejado por todos nós.

Confidencio aos senhores e às senhoras que as tensões foram muitas, em certos momentos, e ontem tive a oportunidade de repudiar a invasão no Plenário desta Casa. Se foi uma ação truculenta e um acinte à democracia, não significa que a Presidência responderá também errando, de forma equivocada e afrontando o Estado Democrático de Direito. Mesmo diante de um atrevimento por parte de uma minoria, a Mesa da Assembleia, com a participação dos senhores e das senhoras, achou por bem percorrer esse caminho da serenidade, do equilíbrio e do convencimento para estarmos aqui hoje avançando, certamente, em tantas outras etapas e conquistas do Estado de Minas Gerais. Reafirmo que este Plenário, este solo vermelho é um solo sagrado do Parlamento de Minas.

A Mesa, permanentemente, haverá de repelir, sempre de forma firme e serena, mas dura e determinante, esses cenários aqui ocorridos.

Entendo que o desfecho foi positivo e que prevaleceu esse bom-senso, essa cordialidade, essa civilidade. É importante que isso permaneça nessa nossa peregrinação pelo Estado de Minas Gerais, que tem um único objetivo: melhorar a vida das pessoas. Eu falo e reafirmo: se a vida pública, se o exercício dessa vida pública que estamos exercitando não tiver objetivo nobre e não alcançar de fato a melhora da qualidade de vida das pessoas, ela se torna pífia, pequena, nula. Mas eu acredito na grandeza, na altivez do parlamento desta Casa.

Portanto quero parabenizar todos - os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, os servidores, enfim, todos que, de forma paciente, de forma humana, de forma cristã, puderam dar sua contribuição para que vencêssemos mais esta etapa, objetivando propiciar ao nosso povo, a nossa gente, ao setor de educação, dias melhores. Esse é um compromisso permanente do Parlamento de Minas. Reconheço aqui, no Governador Anastasia, um grande timoneiro, um filho de professor, um homem devotado à causa educacional. Tenho certeza de que todos nós, juntos, comungamos desse mesmo pensamento, desse mesmo propósito, e vamos, sim, construir, cada dia mais, uma etapa mais vitoriosa, mais virtuosa, sobretudo para a educação, haja vista que a educação é o único instrumento forte e vigoroso para podermos caminhar a passos firmes e vigorosos, com uma construção deste Estado desejado por todos nós: um Estado mais justo e bem mais solidário.

Portanto, aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, a todos, os nossos parabéns e o reconhecimento de que valeu a pena essa abnegação, esse esforço e, acima de tudo, esse elevado senso de responsabilidade.

\* - Sem revisão do orador.



## RELATÓRIO

### RELATÓRIO DE VISITA

#### **Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

Local visitado: Núcleo do Programa Minas Paraolímpico no Clube dos Oficiais

#### **Apresentação**

A requerimento dos Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Adelmo Carneiro Leão, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella, as Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Esporte, Lazer e Juventude visitaram, no dia 16/8/2011, o núcleo



do Programa Minas Paraolímpico, no Clube dos Oficiais, sediado no Bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte, com o objetivo de conhecer o trabalho, destinado aos para-atletas, que o programa desenvolve.

Participaram da visita os Deputados Marques Abreu, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, Adelmo Carneiro Leão e Fabiano Tolentino, e a acompanharam Luiz Vilani, representante da Diretoria de Desenvolvimento do Paradesporto da Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude – Seej –, o Cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais, e Luiz Portugal, Coordenador do núcleo do programa no referido Clube.

### Relato

O Programa Minas Paraolímpico, lançado em 2005, tem como objetivo difundir, desenvolver e consolidar o Movimento Paraolímpico em Minas Gerais, com ações voltadas para o fortalecimento da atuação das equipes e de atletas individuais que já praticam alguma modalidade esportiva, para buscar novos talentos esportivos e capacitar profissionais para o trabalho nessa área.

Essa iniciativa visa a possibilitar o acesso das pessoas com deficiência às atividades esportivas, contribuindo para a inclusão social e a equiparação de oportunidades para adolescentes, jovens e adultos com deficiência de todo o Estado.

Existem hoje três núcleos do programa: Associação de Amigos do Instituto São Rafael – AAISR –, em Belo Horizonte, que oferece a modalidade natação para 12 atletas com deficiência visual; Associação dos Deficientes Visuais de Belo Horizonte, em Belo Horizonte, que oferece as modalidades atletismo, natação e “goalball” para 30 atletas; Uniaraxá, em Araxá, que oferece as modalidades atletismo e natação para 30 atletas.

No núcleo visitado, 12 atletas com deficiência física ou visual praticam diversas modalidades da natação, orientados por dois professores e um estagiário, bem como por outros profissionais voluntários da AAISR.

O representante da Diretoria de Desenvolvimento para o Paradesporto, da Seej, esclareceu que o programa pretende, futuramente, criar equipes paraolímpicas regionais, bem como fomentar o esporte nas escolas especiais, em parceria com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

De acordo com o Coordenador do núcleo, os recursos do programa são repassados às entidades parceiras para cobrir os custos com viagens, equipamentos e uniformes dos atletas. O pagamento dos profissionais é de responsabilidade das entidades, como contrapartida. Esse critério faz com que o número de profissionais que atuam nos núcleos seja limitado e representa o maior obstáculo para a ampliação do programa.

### Conclusão

Os Deputados constataram que o projeto cumpre o objetivo de possibilitar o acesso ao esporte aos atletas com deficiência. Constataram, também, que é necessário ampliar o programa não somente para possibilitar a participação de outros para-atletas de alto rendimento, mas também para promover a inclusão social de outras pessoas com deficiência por meio do esporte.

Verificou-se, ainda, que o principal obstáculo para essa expansão é a escassez de pessoal habilitado e capacitado para o trabalho com esse público.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2011.

Doutor Wilson Batista, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/10/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Fred Costa

exonerando Carlos José Corrêa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando Joana Darque de Magalhães Horta do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Michelle Cristina da Silva do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Andreia Campos Azevedo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Joana Darque de Magalhães Horta para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Michelle Cristina da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.



## ERRATAS

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/9/2011, pág. 96, col. 4, onde se lê:

“exonerando, a partir de 26/9/11, Marco Antonio Maurício Canela Filho do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura”, leia-se:

“exonerando, a partir de 26/9/11, Marco Antonio Maurício Canela Filho do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB”.



## **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.063/2011**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/9/2011, na pág. 68, col. 1, nas assinaturas, onde se lê:  
“Doutor Viana, Presidente – Dalmo Ribeiro Silva, relator ”, leia-se:  
“Doutor Viana, Presidente e relator – Dalmo Ribeiro Silva”.